

## Quem disse ?

«O projecto da terceira via quer vender gato por lebre.»

**Alberto Martins**  
Coliseu dos Recreios,  
6 de Fevereiro

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1006 11 FEVEREIRO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Xanana com residência fixa

### Rua Percetakan Negara VII, 47 Salemba - Jacarta

Na manhã de ontem às 9h25 (2h25, hora de Lisboa), Xanana Gusmão foi transferido para uma residência fixa no centro de Jacarta, onde continuará a cumprir em regime de prisão domiciliária a sua pena de vinte anos de cadeia. Embora com mais privacidade, Xanana terá na mesma de continuar a cumprir as regras prisionais, tendo que pedir autorização aos militares indonésios para receber visitas. Recorde-se que o líder da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, que foi condenado, inicialmente, a prisão perpétua na sequência do julgamento fantecho de 1993, veria a sua pena comutada, por Suharto, para 20 anos, reduzindo todos os anos uns meses como é, aliás, tradição na Indonésia. Segundo fonte do Palácio de Belém o Presidente da República, Jorge Sampaio, terá falado na manhã de ontem ao telefone com Xanana Gusmão. O líder histórico da Resistência Timorense terá dito que «estava a receber o seu primeiro telefonema na nova casa».

A nova residência do presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) é uma casa de um piso pertencente aos serviços de justiça do governo indonésio, que se situa em frente ao muro da prisão de Salemba, a cerca de seis quilómetros de Cipinang.

Muladi, ministro indonésio da Justiça, que acompanhou Xanana Gusmão ao interior da sua nova residência, referiu às dezenas de jornalistas que acompanharam a curta viagem de Xanana entre Cipinang e Salemba, que o objectivo da transferência do líder da Resistência para uma casa era permitir que «ele participe mais activamente no processo de resolução da questão de Timor-Leste».

Para Xanana Gusmão, que saiu da prisão a bordo de uma furgoneta preta, tendo sido imediatamente rodeada por dezenas de jornalistas e timorenses que procuravam ver e ouvir o líder histórico da resistência timorense, este «é um dia especial para mim. Vou começar a trabalhar».

Referindo-se às actuais conversações tripartidas, Xanana afirmou que continua a manter «total confiança» na posição de Portugal nas negociações sobre a questão de Timor-Leste. «A sua postura tem sido a que nós sempre esperamos e nós temos total confiança de que vai continuar assim, porque durante estes 23 anos tem vindo a desempenhar com vigor a sua missão», sublinhou Xanana Gusmão.

# Rumo à maioria absoluta do diálogo e da tolerância

O XI Congresso Nacional do PS, sábado e domingo no Coliseu dos Recreios, foi marcado por um clima de grande unidade. Depois de a liderança de António Guterres ter sido sufragada pelos militantes socialistas com 96,6 por cento dos votos, os mais de dois mil congressistas aprovaram por unanimidade a moção de estratégia subscrita pelo secretário-geral, bem como por larga maioria os documentos políticos dos camaradas Manuel Alegre e Pedro Jordão, o mesmo tendo ainda acontecido no processo de reeleição de Almeida Santos para o cargo de presidente do partido. Uma só lista concorreu à Comissão Nacional do partido, que também recebeu a aprovação de uma esmagadora maioria de votos favoráveis. Mas a grande novidade foi lançada pelo camarada António Guterres no último dia do congresso: Mário Soares aceitou encabeçar a lista do PS para o Parlamento Europeu, o que deixou os partidos da aliança de direita em verdadeiro estado de choque.



## Sociedade & País

### Leonor Coutinho afirma Há uma inadequação da oferta de habitação à procura



A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, sublinhou no dia 9 que há uma inadequação da oferta de habitação à procura, com uma oferta relativamente baixa de pequenas tipologias destinadas às camadas médias-baixas.

## Governo

### Política laboral Combate feroz às ilegalidades



O Conselho de Ministros aprovou o novo regime de trabalho temporário. A revisão agora efectuada estava prevista no Acordo de Concertação Estratégica celebrado entre o Governo e os parceiros sociais, e tem como objectivos principais combater o exercício ilegal da actividade das empresas de trabalho temporário, ajustar as situações em que pode haver recurso ao trabalho temporário compatibilizando-as com a política de emprego.



## Rumo à Maioria Absoluta

O XI Congresso Nacional do Partido Socialista realizado no passado sábado e domingo, no Coliseu dos Recreios, decorreu num ambiente de festa que culminou com o anúncio, por António Guterres, da aceitação do convite efectuado a Mário Soares, para encabeçar a lista do PS ao Parlamento Europeu.

Nas suas duas grandes intervenções que fez ao Congresso, António Guterres, reeleito secretário-geral com 96,6 por cento dos votos, deixou bem claro a recusa em fazer quaisquer alianças com outras forças políticas.

Recordando as anteriores passagens do PS pelo Governo, em difíceis condições nas décadas de 70 e 80, com o país perto da bancarrota, António Guterres mostrou que «hoje, esse complexo e o mal-estar inerente aos socialistas no poder está finalmente ultrapassado». Hoje, lembrou o secretário-geral, os socialistas já deixaram quatro marcas em Portugal que nos distinguem das outras forças políticas: a aposta na Educação; a prioridade absoluta nas pessoas e no emprego; o combate à pobreza; e a reforma do Estado-Providência.

Neste capítulo, António Guterres garantiu que enquanto os socialistas estiverem no poder não haverá qualquer desresponsabilização do Estado relativamente a esta matéria, afastando, assim, por completo, qualquer intenção de destruir o Estado-Providência. «A nossa via é a de um contrato de solidariedade para as próximas gerações, um novo sentido de responsabilidade entre os cidadãos e o Estado», frisou.

Relativamente à estratégia política do Partido Socialista para as próximas eleições, Guterres sublinhou a conduta política interna do PS, marcada pelo diálogo com a sociedade civil, pela tolerância e pelos valores da solidariedade, como garante para a maioria absoluta. «Só pode governar com maioria absoluta quem no seu interior pratique esta conduta», referiu.

Para os próximos anos o secretário-geral do Partido Socialista definiu no seu discurso de encerramento do Congresso, o combate ao desemprego, à toxicod dependência, o reforço da eficácia do Serviço Nacional de Saúde e a massificação no acesso às novas tecnologias de informação.



### IDENTIDADE SOCIALISTA

Um suplemento com uma extensa entrevista de Mário Soares ao saudoso «Portugal Hoje» era destaque na edição de 12 de Fevereiro de 1981.

Na entrevista conduzida pelo director do matutino, João Gomes, o então líder do PS, camarada Mário Soares, abordava os grandes temas da actualidade nacional e da vida interna do partido.

Mário Soares alertava que o povo português ia perceber «o que significa a direita no poder», acrescentando que o tempo corria a favor do PS.

«A conjuntura está de novo a projectar o PS para o centro da actualidade nacional, na medida em que há uma tomada de consciência colectiva de que sem um PS forte e coeso não é possível consolidar o regime democrático português», afirmava.

Sobre a vida interna do partido, sublinhava que no interior do PS «há correntes ideológicas, cujas barreiras estão mal definidas».

Particularmente interessante nesta edição era um artigo do camarada Raul Rego sobre «a identidade socialista». J. C. C. B.

12 de Fevereiro

Quem disse?

«Marcelo Rebelo de Sousa nunca foi um homem de convicções políticas muito seguras e muito claras, e o único perfil político que se lhe pode traçar é o de um hábil manobrador que sempre se moveu inteiramente à vontade no território da direita, que para ele não tem segredos.»

Alfredo Barroso



### Aveiro Apolinário ouviu armadores



José Apolinário visitou recentemente Aveiro para dialogar com a Associação dos Armadores das Pescas (ADAPI).

Segundo o membro do Governo, as cerca de 40 reivindicações apresentadas pelos armadores têm as suas razões que estão a ser estudadas e algumas terão respostas afirmativas.

Para José Apolinário, «deve-se salvaguardar, preservar e defender aquilo que é hoje o nosso segmento de pesca industrial, em vez de nos preocuparmos em aumentar a sua dimensão».

«O quadro europeu é de negociação permanente e a posição de Portugal é de exigência junto da Comissão Europeia na elaboração de um estudo com os benefícios dos acordos

internacionais de pescas e no aproveitamento das trocas bilaterais para garantir a utilização de novas quotas», afirmou José Apolinário.

A fábrica «Pascoal e Filhos» e um navio frigorífico foram locais visitados pelo secretário de Estado das Pescas, após o que se reuniu com os responsáveis da pesca longínqua. Pedro França, presidente da ADAPI, lembrou que nenhum país reduziu a frota como Portugal e a questão nada a ver com os recursos, mas sim com a forma como as negociações têm sido feitas com os outros países. «Ao todo, temos na pesca longínqua 12 barcos, enquanto há meia dúzia de anos tínhamos meia centena», afirmou o armador.

CARLOS DUARTE, correspondente em Ilhavo

### Alargamento da UE Seixas da Costa reúne com embaixadores dos PECO

O processo de alargamento da União Europeia foi um dos temas em destaque no almoço que o secretário de Estados dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, teve no dia 5 com os embaixadores dos Países da Europa Central e Oriental (PECO).

No almoço, que foi organizado pela em-

baixada da Hungria, esteve igualmente em destaque a fase final das negociações da Agenda 2000 - cuja conclusão está prevista para finais de Março, num Conselho Europeu Extraordinário a realizar em Berlim -, bem como o possível lançamento da reforma institucional da EU ainda durante 1999.

### Portugal e França trocam quotas de pesca

Portugal e França vão proceder a uma transferência de quotas de pesca para 1999.

Nos termos do acordo assinado entre os dois países, Portugal concederá à França 5 008 toneladas de biqueirão para ser pes-

cado fora das águas portuguesas e 670 toneladas de carapau na zona do Atlântico Norte.

Em contrapartida, a França cede a Portugal 150 toneladas de cantarilho em águas da Groenlândia e 460 toneladas de pescada.

### Reunião da Comissão Nacional

A Comissão nacional do PS reúne hoje, dia 11, pelas 21 e 30, no Hotel Altis, em Lisboa.

Da ordem de trabalhos constam os seguintes pontos: eleição da Mesa da Comissão Nacional; eleição da Comissão Política Nacional; eleição do Secretariado Nacional; eleição do director do «Acção Socialista»; eleição do director do «Portugal Socialista»; marcação da próxima reunião da Comissão Nacional e análise da situação política.

COLISEU DOS RECREIOS Congresso em clima de grande unidade

## RUMO À MAIORIA ABSOLUTA DO DIÁLOGO E DA TOLERÂNCIA



O XI Congresso Nacional do PS, sábado e domingo no Coliseu dos Recreios, foi marcado por um clima de grande unidade. Depois de a liderança de António Guterres ter sido sufragada pelos militantes socialistas com 96,6 por cento dos votos, os mais de dois mil congressistas aprovaram por unanimidade a moção de estratégia subscrita pelo secretário-geral, bem como por larga maioria os documentos políticos dos camaradas Manuel Alegre e Pedro Jordão, o mesmo tendo ainda acontecido no processo de reeleição de Almeida Santos para o cargo de presidente do partido. Uma só lista concorreu à Comissão Nacional do partido, que também recebeu a aprovação de uma esmagadora maioria de votos favoráveis. Mas a grande novidade foi lançada pelo camarada António Guterres no último dia do congresso: Mário Soares aceitou encabeçar a lista do PS para o Parlamento Europeu, o que deixou os partidos da aliança de direita em verdadeiro estado de choque. Ao nível da estratégia política, o congresso ficou marcado por um consenso sobre a recusa de quaisquer alianças com outras forças políticas. Os socialistas enfrentarão sozinhos as próximas batalhas eleitorais. Por outro lado, o secretário-geral do PS assegurou que, se o partido vier a merecer a confiança de uma maioria absoluta de portugueses, o Governo fará ainda um esforço renovado de tolerância, de abertura e de diálogo junto da sociedade civil. Valores que já são abundantemente praticados a nível interno partidário e que constituem uma garantia daquilo que será praticado no exercício do poder político nos primeiros anos do século XXI.

A primeira intervenção de António Guterres, no sábado, durante o XI Congresso Nacional do PS, foi destinada a apresentar a moção de estratégia «A nossa via — uma relação de confiança com os portugueses», que seria aprovada pelos delegados por unanimidade. Em cerca de 45 minutos de discurso, o secretário-geral deixou bem clara a recusa dos socialistas em fazerem qualquer acordo político global com forças da oposição, ficando assente que o PS concorrerá sozinho nas próximas eleições legislativas.

As primeiras palavras do líder do partido, no entanto, destinaram-se a saudar Mário Soares e o Presidente da República, Jorge Sampaio, esclarecendo em seguida que se apresentava ao congresso com a humildade de quem sabe que tem de prestar contas perante os militantes. «Faço isto com a consciência tranquila de quem sabe que deu tudo o que podia pelo PS e por Portugal», comentou.

### XI Congresso dixit

«Àqueles que na oposição de tudo dizem mal, nós respondemos com o nosso empenhamento firme para que haja mais progresso e justiça social em Portugal.»

**António Guterres**

«Nós indignamo-nos e não nos resignamos com o facto de que 1 300 milhões de pessoas vivam com menos de um dólar.»

**Idem**

«Nós indignamo-nos e não nos resignamos com o facto de que 20 por cento dos mais ricos do planeta tenham 80 por cento dos bens materiais que o mundo produz.»

**Idem**

A nossa via aceita a economia de mercado mas rejeita a sociedade de mercado.»

**Idem**

«Esta síntese não é a primeira, nem a segunda nem a terceira, nem a quarta via. Esta síntese é a nossa via, a via do PS.»

**Idem**

«Hoje todos reconhecem que a nossa paixão pela educação, é uma paixão sem falhas e que não admite adultério.»

**Idem**

«O combate à exclusão é o cerne do pensamento socialista moderno.»

**Idem**

«A nossa via assenta em dois princípios fundamentais: universalidade dos direitos sociais e a discriminação positiva apoiando mais os que mais necessitam.»

**Idem**

«Um Governo do PS e da Nova Maioria, mesmo com maioria absoluta, será sempre fiel aos valores do diálogo, da tolerância e do respeito pelos outros. Quanto aos riscos, os portugueses conhecem-me.»

**Idem**

«A forma como nos comportamos no partido é a forma como nos comportamos no País.»

**Idem**

«Queremos um Portugal dos prósperos, desde que solidários.»

**Idem**

«A saúde tem de ser um grande objectivo nacional. Não pode ser um campo de batalha assumida a troco de lógicas corporativas.»

**Idem**

«Se o PS e a Nova Maioria vierem a ter a maioria absoluta, devemos fazer um esforço reforçado de diálogo porque ninguém tem a verdade absoluta.»

**Idem**



Depois de lembrar que a maior vitória do PS ocorreu nas eleições legislativas de 1995, condenou as forças políticas portuguesas que «só sabem destruir, ou dizer mal das medidas que se tomam. Perante os que só sabem falar mal, respondemos

com trabalho. Não estamos no Governo pela ambição do poder, nem para assegurar a sobrevivência política seja de quem for. Estamos na política em nome de um projecto para Portugal, para a Europa e para o mundo», disse, recebendo a primei-

ra grande ovação dos mais de 2000 delegados socialistas presentes no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

Apesar de o primeiro-ministro ter a consciência tranquila face aos bons resultados registados nos últimos três anos e meio, todavia, fez questão de realçar que, como socialista, continua insatisfeito com a realidade do mundo em que vivemos.

«Não nos podemos resignar com 1300 milhões que vivem com menos de um dólar por dia, com o facto de os 20 por cento mais ricos do mundo possuírem 86 por cento dos bens materiais. Indigna-nos quando é possível que existam 358 pessoas que tenham rendimentos superiores a 45 por cento da população do planeta», lamentou António Guterres.

#### Combater os egoísmos nacionais

A alternativa a este mundo de desigualda-

des e de injustiça social, segundo o primeiro-ministro, «passa pela existência de uma nova arquitectura universal, uma nova responsabilidade colectiva para criar factores de equilíbrio num sistema multipolar e não onde só haja uma única potência. A primeira questão à escala universal, que não se pode responder unicamente ao nível nacional, é regular a economia», evitando que a globalização seja sinónimo de pobreza e de injustiça». Apostar na criação e reforço de blocos regionais fortes (e não meros espaços de comércio livre), reformar o sistema das Nações Unidas através da criação de um Conselho de Segurança Económico, reformar as instituições de Bretton Woods (o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) foram algumas das ideias avançadas por António Guterres. Ao nível europeu, o secretário-geral socialista também foi claro em mostrar a sua insatisfação perante a perspectiva de ser um gigante económico «e um anão político», ou que seja caracterizada pelos nefastos egoísmos nacionais. «Combater a expressão desses egoísmos nacionais é a primeira prioridade do Governo português. Somos pela Europa social e do emprego, defendemos a coordenação de política económicas para haver um crescimento sustentado», esclareceu.

Já no que respeita à análise sobre a realidade nacional, António Guterres começou por lembrar as difíceis condições em que por duas vezes, na década de 70 e de 80, os socialistas exerceram o Governo em Portugal. Receberam um país perto da bancarrota, o que os obrigou a seguirem as políticas do Fundo Monetário Internacional. «Hoje, esse complexo e o mal-estar inerente aos socialistas no exercício do poder está finalmente ultrapassado», proclamou o secretário-geral do PS.

Com a terceira chegada do PS ao poder, finalmente, foi possível deixar a marcas socialistas no país. De acordo com António Guterres, foi efectuada uma síntese de políticas «que não são a primeira, a segunda, a terceira ou a quarta via. Temos a nossa via, a via do PS, pioneira na Europa».

#### As marcas socialistas em Portugal

Para o primeiro-ministro, os socialistas já deixaram em Portugal quatro marcas que os distinguem de outras forças políticas: a aposta decisiva na Educação; a prioridade absoluta às pessoas e ao emprego; o combate à pobreza; e o sentido das reformas do Estado de Providência. Se a apos-

## PS cumpre paridade nos cargos políticos

Na sequência do XI Congresso Nacional do PS, o partido vai cumprir integralmente a regra de colocar 25 por cento de mulheres em todos os órgãos políticos. Na nova Comissão Nacional do partido, eleita domingo passado, entre os 261 elementos efectivos, constam 79 mulheres, cerca de 30 por cento do total. Percentagens de mulheres quase idênticas estendem-se à Comissão Nacional de Jurisdição e à Comissão Nacional de Fiscalização Económica.

Com este exemplo, em termos de promoção da igualdade na participação na vida política, o PS prova a sua coerência no apoio que dá à proposta de lei do Governo para o reforço da paridade, a qual pretende obrigar todas as forças partidárias a preencherem com mulheres pelo menos 25 por cento dos lugares em listas para o Parlamento Europeu e a para a Assembleia da República.

Logo na sessão de abertura do congresso, foi apresentada uma proposta de alteração estatutária no sentido de a Comissão Nacional do PS ser alargada de 201 para 261 membros efectivos. No mesmo sentido, também foi formalizada a intenção de a Comissão Política passar de 61 para 76 membros efectivos. Estas propostas foram aprovadas por unanimidade.

Na véspera do congresso se iniciar, sexta-feira, no Hotel Altis, os presidentes das comissões políticas federativas fizeram uma sugestão semelhante à direcção do partido. A posição foi divulgada por Rui Soalheiro, presidente do PS/Viana do Castelo, num encontro em que também foram homenageadas as acções políticas desenvolvidas pelo camarada Jorge Coelho e António José Seguro ao longo dos últimos anos. Quanto à eleição da lista única para a Comissão Nacional do PS, de referir que recebeu 1590 votos a favor, 20 contra e 32 brancos. A Comissão de Jurisdição foi eleita com 1420 votos favoráveis, 56 contra e 71 brancos. Finalmente, a proposta de equipa para a Comissão Financeira obteve 141 votos a favor, 46 contra e 52 brancos.

## Quota feminina

### Alargada composição de órgãos nacionais

O XI Congresso do PS aprovou por aclamação, no passado dia 6, em Lisboa, uma alteração aos estatutos do partido que alarga a composição das comissões Nacional e Política, por proposta do secretário-geral, António Guterres.

A Comissão Nacional passa dos actuais 201 para 261 membros efectivos.

A Comissão Política é alargada de 61 para 76 membros.

Na base deste alargamento está a disposição estatutária de incluir nos órgãos nacionais do Partido uma quota de 25 por cento de mulheres.



ta na educação visou sobretudo combater as desigualdades (que de outro modo se transmitiriam e agravariam de geração em geração), no capítulo do emprego, houve uma redução da taxa de pessoas sem ocupação em 24 meses consecutivos. Para impedir que se alargasse o fosso entre pobres e ricos, colocou-se em marcha o rendimento mínimo garantido. «O combate à pobreza é o que me dá ânimo para fazer o que faço na vida política e aquilo que me tem motivado para continuar a exercer as funções de primeiro-ministro, se essa for a vontade primeiro dos militantes socialistas e se depois merecer também a confiança dos portugueses», salientou, recebendo nova salva de palmas.

Quanto ao Estado-Providência, António Guterres reconheceu que há correntes de opinião que o desejam destruir. «Não o permitiremos», garantiu. Enquanto o Governo socialista estiver em funções, nunca se aceitará qualquer desresponsabilização do Estado. «A nossa via é a de um contrato de solidariedade para as próximas gerações, um novo sentido de responsabilidade entre os cidadãos e o Estado», frisou o primeiro-ministro. Para futuro, o PS continuará a não abdicar da defesa dos princípios da universalidade do sistema e da diferenciação positiva na aplicação de medidas. «É injusto tratar igualmente aquilo que é desigual», justificou António Guterres. «Só este PS, no Governo, pode garantir a preservação do Estado-Providência, a continuação de políticas de crescimento económico sustentado e a existência de um amplo consenso social no País», assim finalizou o líder socialista a sua primeira intervenção no congresso.

### Objectivos nas eleições legislativas

Já no discurso de encerramento, no domingo, o secretário-geral do PS clarificou a es-



tratégia do partido face às eleições legislativas deste ano. Partindo da prática interna do PS marcada pela tolerância em relação a diferentes valores, pela abertura a outras ideias e pelo diálogo com a sociedade civil, o camarada António Guterres sublinhou que «só pode governar com maioria absoluta quem no seu interior pratique

esta conduta». Como exemplo, serviu-se ainda do facto de ter sido eleito secretário-geral «com uma maioria absolutamente inequívoca, com 96,6 por cento dos votos», e nem por isso o seu comportamento se al-

terou perante os militantes. «A forma como nos comportamos no partido é a forma como nos comportaremos no país», prometeu.

Nas próximas eleições legislativas, segun-

Soares

## Uma voz de Portugal na União Europeia

Um dos principais momentos do XI Congresso Nacional do PS aconteceu no domingo, quando o camarada António Guterres pediu a palavra para comunicar aos congressistas que o ex-Presidente da República e fundador do partido, Mário Soares, aceitara presidir à lista do PS concorrente às próximas eleições europeias. De imediato, mais de dois mil congressistas explodiram de alegria.

«É indispensável ter nas instituições europeias homens e mulheres que sejam figuras de referência do projecto europeu», justificou o secretário-geral do partido. António Guterres lembrou que «a Europa está no coração de todos os socialistas» e defendeu que, «num momento em que Portugal enfrenta a sua mais difícil negociação na União Europeia, o País deverá ter nestas instâncias figuras de referência do projecto europeu. É com enorme orgulho e satisfação que anuncio que Mário Soares aceitou encabeçar a lista do PS para o Parlamento Europeu», acentuou o líder socialista, recebendo logo a seguir uma enorme ovação dos delegados presentes no Coliseu dos Recreios.

Já com o congresso terminado, António Guterres classificou a candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu «como um verdadeiro momento de projecção nacional. Estou profundamente orgulhoso e satisfeito. A candidatura de Mário Soares é muito mais do que uma candidatura partidária, é um verdadeiro momento de projecção nacional», acrescentou o secretário-geral.

«Mário Soares será uma voz de Portugal na Europa e um factor fundamental para que a Europa possa encontrar o caminho da solidariedade e da União Política», concluiu o primeiro-ministro.

## PSD E PP desmarcaram-se A aliança de direita e a mercearia na política

Em menos de 24 horas, os líderes da aliança de direita, constituída pelo PSD e pelo PP, entenderam-se naquilo que pretendiam esconder aos portugueses e que afinal é o seu único objectivo: a repartição de lugares políticos, ou seja, as questões de mercearia.

Como lembrou o coordenador da Comissão Permanente do PS, António José Seguro, segunda-feira passada, «os partidos da aliança de direita não conseguiram esconder aos portugueses aquilo que realmente lhes interessa e preocupa». Na sequência do anúncio de Mário Soares como cabeça-de-lista do PS nas eleições para o Parlamento Europeu, domingo passado, em pleno congresso, os líderes da AD reuniram-se e, rapidamente, procederam à distribuição de lugares na lista.

No entanto, acrescentou António José Seguro, esses mesmos partidos «levaram semanas para apresentarem um projecto para a Europa».

Como curiosidade do início da presente semana, ainda em relação ao PSD e ao PP, o coordenador da Comissão Permanente do PS apontou o facto de Paulo Portas ter passado em escassos dias de potencial «número um» na corrida a Estrasburgo para o terceiro lugar de uma lista, que será encabeçada por Leonor Beleza, seguida de Marques Mendes.

Comentando a escolha de Leonor Beleza, António José Seguro começou por afirmar que o PS «respeita as opções tomadas por outros partidos». Já quanto à figura da ex-ministra da Saúde de Cavaco Silva, o dirigente socialista comentou que «dá garantias de que a pré-campanha e a campanha eleitoral para as europeias, decorrerão com elevação e com grande dignidade».

Disse, ainda, que Mário Soares, cabeça-de-lista do PS para as eleições europeias, é uma aposta no reforço do peso nacional entre os «Quinze» Estados-membros, bem como a garantia de que o projecto social e político europeu terá um grande defensor em Estrasburgo.



do o primeiro-ministro, «a única coisa que o PS deve pedir é a confiança de cada cidadão, porque a continuidade do seu Governo é o melhor para Portugal. A única questão que está verdadeiramente em jogo é saber se os portugueses querem o PS, comigo como primeiro-ministro, ou se este Governo deve ser substituído por outro dirigido pelos doutores Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas», declarou. Depois, manifestou a sua opinião pessoal de que um resultado de maioria absoluta tem duas vantagens e um inconveniente, que é a possibilidade de um Governo exercer o poder com arrogância, abusando do poder. No entanto, a prática interna do PS é a melhor garantia que isso não sucederá. Já quanto às vantagens, António Guterres defendeu que uma maioria absoluta confere maior eficácia e estabilidade ao País. «E, nos próximos anos, as oposições já deram sinais de poderem criar maiores obstáculos e Portugal enfrenta desafios para os quais a estabilidade é essencial. «Portugal precisa de estabilidade. E o PS é o único referencial de estabilidade na vida política portuguesa», observou o chefe do Governo.

O PSD e o PP coligados, ainda de acordo com António Guterres, «têm revelado grande imprevisibilidade». O PCP, por seu turno, «não é um instrumento útil para combater a direita».

**Programa político até 2003**

Para os próximos anos, caso o PS permaneça no Governo, ao nível do emprego, o objectivo é que, em 2001, nenhum jovem desempregado possa ficar sem qualquer proposta de formação profissional por mais de seis meses consecutivos. Esse prazo para os mais idosos é de um ano. Por outro

lado, até 2003, o Executivo tenciona que dez por cento da população activa se encontre inserida em actividades de formação contínua. «Não estamos a dormir sobre os louros», disse António Guterres em referência ao facto de a taxa de desemprego continuar a baixar sistematicamente em Portugal.

Também para os toxicodependentes que se libertem do consumo de drogas, o Governo tem preparada uma bolsa de empregos para reinserção social. Na área do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de acordo com as metas traçadas pelo primeiro-ministro, o Governo terá qua-

tro princípios essenciais: conservar a responsabilidade do Estado na cobertura dos riscos de saúde; reforçar a humanização e eficácia do SNS, separando o tratamento do seu financiamento; caminhar progressivamente para a dedicação exclusiva, ligando as remunerações à produtividade; permitir a associação do privado, mas com base em regras claras de separação de águas, evitando a promiscuidade que tem desnaturado o SNS. Como objectivos estratégicos, para os próximos anos, as apostas residirão no reforço dos investimentos para prevenção da doença, melhorar a rapidez de acesso aos serviços de urgência, garantir a qualidade na prestação de serviços e qualificar e dignificar os profissionais de saúde, embora recusando lógicas de corporativismo. Outro objectivo estratégico do Executivo socialista será a massificação e a democratização no acesso às tecnologias de informação, alargando a instalação de computadores com a Internet às escolas, à Administração Pública e às famílias. Para o efeito, serão também multiplicados por mil o actual número de conteúdos em português.

«A pobreza mais grave daqui a 20 anos exprimir-se-á pela ausência de acesso às sociedades de informação, sendo, por isso, esta área, uma grande prioridade nacional», afirmou António Guterres.

As apostas do Governo dirigir-se-ão igualmente para a requalificação das áreas metropolitanas, para a protecção da paisagem do mundo rural e por novos investimentos em infra-estruturas e em info-estruturas, de modo a tornar Portugal na mais moderna plataforma atlântica do século XXI e permitir no espaço de uma geração que os portugueses atinjam o nível de vida médio dos países da União Europeia.



MANUEL ALEGRE

Falar foi mesmo preciso

## PELO ABANAR DAS CONSCIÊNCIAS...



**«Se a tua moção tivesse sido o teu discurso de hoje, eu e os camaradas que me acompanham ter-nos-íamos dispensado de apresentar a moção. Não é que a tua moção seja má. É que o teu discurso foi muito melhor.»**

**F**oi com estas palavras de reconhecimento dirigidas ao secretário-geral do PS, António Guterres, que o camarada Manuel Alegre iniciou, no passado dia 6, no Coliseu dos Recreios de Lisboa, a sua intervenção para apresentar a moção ao XI Congresso do Partido Socialista intitulada «Falar é Preciso». Assim, Alegre esclareceu desde o começo que o carácter do seu documento «é complementar» e não alternativo ao da direcção do Partido. Recebido com uma entusiástica salva de palmas dos congressistas que enchem o Coliseu, o vice-presidente da Assembleia da República fez um discurso sobretudo dirigido às bases, aos seus «amigos, companheiros e camaradas» do PS. Sublinhando que por razões de justiça «é preciso enterrar a expressão *No jobs for the*

*boys*», usada por Guterres na primeira reunião da Comissão Nacional do PS, em 1995, após a vitória nas últimas legislativas. «O PS não tem *boys*. É um Partido de cidadãos que durante dez anos resistiram sem pedir *jobs* a ninguém. Eles foram discriminados, perseguidos, mas levaram o PS ao Governo por amor à camisola», explicou. Entrando nos principais pontos que constam da sua moção política, o deputado socialista de Coimbra deixou aos seus camaradas congressistas um apelo: «É preciso falar sempre. Nas secções, nas concelhias. Falar sem medo. É aí que está a alma, a força e a razão do PS.» É também num contexto mais amplo de diálogo permanente que o histórico do Partido Socialista manifestou a sua convicção na necessidade de «normalizar» as relações com o PCP. É preciso, pois, «um novo diálogo entre as forças de esquerda», afirmou. Recusando o rótulo de «poeta dissidente» e afirmando estar farto de censuras, o camarada Manuel Alegre recuou três décadas, lembrando factos que marcaram o seu passado e que o levaram a definir-se como «a voz do futuro no passado». Trouxe então à memória que, em 1968, na Rádio Voz de Argel, não hesitou em ser o

primeiro a condenar a intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia. Alegre lembrou ainda ter estado ao lado de Mário Soares no I Congresso Nacional do PS, em 1974, em defesa da autonomia do Partido. «Foi aí que começou a modernidade do PS, que venceu depois nas ruas e nas urnas», acrescentou. Mas, segundo o dirigente histórico socialista, «os tempos hoje são outros», sendo agora essencial «o diálogo entre as forças de esquerda». Após ter saudado os capitães de Abril, que permitiram ao PS, há 25 anos, «sair da clandestinidade», o camarada Manuel Alegre justificou a apresentação da sua moção também pela necessidade «abanar as almas e sacudir os conformismos». «Não venho estragar a festa, mas também não sou o animador cultural do congresso», frisou, antes de deixar o recado sobre quanto pouco lhe interessam as questões relacionadas com os lugares em órgãos políticos do Partido. «A mercearia não me interessa, as convicções não são negociáveis», declarou alto e bom som, depois de observar que fenómenos como «o carreirismo e o conformismo são sempre maiores nos parti-

### XI Congresso dixit

«Há agora uma nova esquerda que apregoa os dogmas neoliberais e pretende destruir o Estado-Providência.»

**Manuel Alegre**

«O neoliberalismo não é o fim da história.»

**Idem**

«O modelo neoliberal com uma mão oferece a exclusão e com a outra oferece a caridade.»

**Idem**

«Num país como o nosso, o Estado tem de preservar os direitos sociais e políticos dos cidadãos.»

**Idem**

«Foi como partido de militantes que o PS venceu a batalha da democracia.»

**Idem**

«Não venho estragar a festa, mas também não sou o animador cultural do congresso.»

**Idem**

«Não sou candidato a nada. Essa é uma das dificuldades que têm comigo: a mercearia política não me interessa.»

**Idem**

«Não temos pensamento único. Era o que faltava no PS.»

**Idem**

«No PS, nunca ninguém será despedido como foi o secretário-geral do PSD, por cartão, nem nunca um Alberto João Jardim mandará calar alguém.»

**Idem**

«A consciência crítica do PS são os seus militantes.»

**Idem**

«Eu fui das primeiras vozes da esquerda a condenar em 1968 a invasão da Checoslováquia.»

**Idem**

«É necessário criar um imposto sobre as riquezas como existe noutros países.»

**Idem**

«Muita gente foge dos partidos. É um grave problema que temos de enfrentar.»

**Idem**

## XI Congresso dixit

«O projecto da terceira via quer vender gato por lebre.»

**Alberto Martins**

«Os que pagam de menos (impostos), são os que enriquecem de mais.»

**Idem**

«Queremos uma maioria absolutamente inequívoca.»

**António Vitorino**

«Não somos como outros que fazem congressos para apagar pedaços da sua história.»

**Idem**

«É justo que evoquemos camaradas que foram exemplo para todos nós e grandes figuras do socialismo e do republicanismo.»

**Pedro Coelho**

«Sou o socialista que apresenta mais moções ao partido e ao País.»

**Almeida Santos**

«Só há verdadeiras vitórias, quando elas são baseadas nos nossos valores.»

**Fernando Gomes**

«Queremos um governo que governe à esquerda.»

**Fernando Pereira Marques**

«É para as pessoas de menores rendimentos que estamos a trabalhar.»

**Pina Moura**

«Tenho a certeza que vou continuar a ser deputado, porque isto agora é imparável!»

**Manuel Jerónimo (Manuel 25)**

«Não se sentem à sombra da laranjeira.»

**Tino de Rås**



dos que estão no poder».

«Nem estalinismo com o Partido a comandar o Governo, nem o Governo a usar o Partido como um mero instrumento de campanha», proclamou o camarada Manuel Alegre.

### Há uma nova esquerda que apregoa dogmas neoliberais!

O vice-presidente do Parlamento voltou a ser ovacionado pelas bases do PS quando tentou traçar diferenças de atitude e de políticas face ao PSD.

«No PS, nunca ninguém será despedido como o foi o secretário-geral do PSD, por cartão, nem nunca um Alberto João Jardim mandará calar alguém. Temos para com o PSD uma diferença de identidade», frisou. Outra parte da intervenção do deputado socialista foi centrada numa defesa intransigente do papel do Estado perante a lógica de mercado, e num cerrado ataque aos valores próprios do modelo neoliberal - «que com uma mão oferece a exclusão e com a outra a caridade» -, da lógica do pensamento único, das teses do fim da história com a conquista universal e definitiva do sistema de mercado.

Patente nas palavras do camarada Manuel Alegre ficou, assim, um alerta. «Há agora uma nova esquerda que apregoa os dogmas neoliberais e pretende destruir o Estado-Providência», exclamou.

«Num país como o nosso, o Estado tem de preservar os direitos sociais e políticos dos cidadãos», defendeu o deputado do PS, que apelou ao Governo socialista para que crie um imposto sobre as grandes fortunas, que promova uma reforma fiscal e que agrave a tributação daqueles que fogem ao fisco.

Em relação aos futuros embates eleitorais com a Alternativa Democrática (AD), Manuel Alegre mostrou-se confiante num óbvio exercício matemático. Afinal, os portugueses sabem que «Marcelo e Portas somados dão menos que um (-1), porque ambos veem menos do que o camarada Guterres».

Porém, perante uma sala cheia e atenta às suas palavras, Alegre recomendou «humildade democrática» aos militantes socialistas,

uma vez que, na sua opinião, essa «a nossa maior arma e a nossa maior força». O vice-presidente da Assembleia da República terminou o seu discurso, citando Sartre, com um emotivo apelo aos jovens socialistas: «Não tenham medo de agarrar a Lua, porque nós precisamos dela. Não tenham medo de ousar o impossível.» A sala do Coliseu levantou-se em sentida ovação. O camarada Manuel Alegre tinha dito.

## João Soares na abertura do Congresso A vitória do PS é certa

Após o camarada Almeida Santos ter sido reeleito presidente do partido por esmagadora maioria (com 1215 votos entre 1253 delegados ao congresso), o primeiro discurso do XI Congresso Nacional do PS, no Coliseu dos Recreios, coube ao anfitrião, o presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, que, por várias vezes, foi longamente aplaudido.

João Soares começou por saudar «os amigos, companheiros e camaradas» presentes no congresso. E, citando o poeta Manuel Alegre, elogiou depois o trabalho de António Guterres à frente do partido. «O PS voltou a ser, graças ao seu líder e ao nosso povo, o maior partido português. E vai continuar a sê-lo», afirmou o presidente da Câmara de Lisboa. «Quanto mais a luta aquece mais forte é o PS», declarou ainda o dirigente socialista, vaticinando que o partido sairá das próximas batalhas eleitorais como «claro vencedor».

Jorge Coelho, presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS, apresentou como grande adversário do partido e do Governo «o subdesenvolvimento». Agradeceu a António Guterres por ter preferido ficar em Portugal a liderar o PS e o partido, numa referência aos constantes convites que o primeiro-ministro tem recebido para presidir à Comissão Europeia.

Já o PS seria caracterizado como um partido que «nunca virou a cara à luta», traçando depois um paralelismo entre os socialistas portugueses e o resistente timorense Xanana Gusmão, «símbolo da persistência, vontade e determinação». Após estas palavras do camarada Jorge Coelho, os congressistas aplaudiram de pé o seu discurso.



## FLASHES

### TITO DE MORAIS ENVIA MENSAGEM AO CONGRESSO

Fundador do PS e referência moral e cívica de todos os socialistas, o camarada Manuel Tito de Morais fez questão de estar presente no Coliseu no primeiro dia de trabalhos, recebendo de pé uma monumental salva de palmas de todos os delegados e convidados presentes.

No segundo dia de trabalhos da reunião

magna dos socialistas, o camarada Manuel Tito de Morais enviou uma mensagem que foi lida pelo camarada Almeida Santos que não conseguia esconder a sua emoção. Na missiva, o presidente honorário do PS lembrava que os princípios socialistas «não podem ser abandonados, ainda que o PS seja governo».

### TERCEIRA VIA? NÃO, OBRIGADO!

Ao longo da reunião magna dos socialistas foi patente nas diversas intervenções a rejeição liminar da chamada Terceira Via. Definitivamente, os socialistas portugueses não se deixam seduzir pela tão em voga, pós-moderna e «very british» Terceira Via, uma espécie de liberalismo humanista.

O PS já tem, desde 1973, a sua via, que,

adaptando-se ao longo dos tempos às diversas mutações nacionais e internacionais, sempre soube estar à altura dos diversos e complexos desafios que lhe foram colocados.

Recorde-se que já na última Convenção do PS os delegados tinham rejeitado veementemente um documento que fazia a apologia do pós-modernismo.

### ALMEIDA SANTOS REELEITO PRESIDENTE DO PARTIDO

O camarada Almeida Santos foi reeleito presidente do PS, no primeiro dia de trabalhos da reunião magna dos socialistas no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

Vinte delegados votaram em branco, 12 votos foram nulos e seis contra a reeleição do camarada Almeida Santos como presidente do PS.

### PEDRO COELHO EVOCA GRANDES FIGURAS DO SOCIALISMO

Momento alto, pelo seu simbolismo, foi a breve mas sentida intervenção do camarada Pedro Coelho, co-fundador do PS e resistente antifascista, ao evocar as grandes figuras do socialismo e do republicanismo que já não estão entre nós.

De Jorge Campinos a António Macedo, pas-

sando por Salgado Zenha, Fernando Oneto, Cal Brandão, foram dezenas as figuras ímpares de democratas e socialistas recordadas pelo camarada Pedro Coelho e que continuam a ser uma referência incontornável e um exemplo para todos os militantes do PS, um partido com memória.

### CAMARADA TINO LEVA COLISEU AO RUBRO

Vitorino Silva, mais conhecido por Tino, é o jovem presidente da Junta de Freguesia de Rans (Penafiel) que recebeu, no dia 6, no Coliseu dos Recreios de Lisboa, uma das maiores ovações do XI Congresso Nacional do PS, depois de «ensinar» os delegados como, de uma base de 12 por cento, se alcança mais de 80 por cento dos votos.

«Não durmam à sombra da laranjeira», apelou o camarada Tino (assim designado por Almeida Santos), aplaudido sistematicamente não só pelos delegados como pelos mais altos dirigentes socialistas, a começar por António Guterres.

Tino Silva pôs o Coliseu dos Recreios de Lisboa de muito bom humor, ao explicar como se conquistam votos, merecendo mesmo da

benevolência do presidente do partido e do Congresso, Almeida Santos, que admitiu que os três minutos destinados aos oradores se prolongassem por mais do dobro do tempo. O jovem presidente da Junta empolgou a plateia quando recordou que é «socialista do tempo do cavaquistão» e pediu depois uma «maioria absolutíssima» para o PS nas próximas eleições legislativas.

Nem a sua adversidade «às quotas e aos cotas» diminuiu o calor dos aplausos da sala. No final da intervenção, o jovem presidente da Junta de Rans, abraçou calorosamente o secretário-geral do PS, o camarada António Guterres, que fez questão de o cumprimentar de pé, recebendo um prolongado aplauso dos congressistas.



PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** - O secretário de Estado da Administração Pública e Modernização Administrativa, Fausto Correia, anunciou, no dia 4, em Coimbra, a criação em breve de uma bolsa de emprego na função pública para cidadãos portadores de deficiência.

«Até à próxima legislatura será consagrado, em diploma próprio, uma quota de 5 por cento para cidadãos portadores de deficiência, nos concursos de base distrital para as carreiras comuns», afirmou o governante. Fausto Correia falava na sede da Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC), na cerimónia de entrega dos diplomas de formação profissional a cerca de duas dezenas de jovens da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental).

«Trata-se uma forma de solidariedade activa em relação aos cidadãos com deficiência, visando uma melhor integração na vida activa», referiu.

Na sua intervenção, o secretário de Estado louvou a acção da Delegação de Coimbra da APPACDM e apelou ao «apoio decisivo» dos órgãos governamentais regionais à instituição, no âmbito da política do Executivo para o sector.

Fausto Correia respondeu de forma positiva ao repto lançado pelo presidente da Associação, Luís Pedroso de Lima, tornando-se voluntário da Liga de Amigos da APPACDM, uma iniciativa lançada recentemente pela direcção.

**AGRICULTURA** - O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, presidiu, no dia 9, em Évora, ao acto formal de entrega dos contratos de arrendamento a 164 agricultores e a uma Cooperativa Agrícola de Produção, bem como de contratos de venda de prédios rústicos a 20 jovens agricultores.

**AMBIENTE** - A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, deslocou-se, no dia 8, a Águeda, para presidir à cerimónia pública de inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais daquele concelho.

**COMÉRCIO** - O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro, esteve, no dia 9, em Ferreira do Alentejo, onde apresentou o programa PROCOM, numa sessão assistida por comerciantes e que decorreu no Centro Cultural da vila.

O programa PROCOM concede importantes financiamentos para a modernização e melhoramentos no funcionamento dos estabelecimentos comerciais e, em Ferreira do Alentejo, a adesão dos comerciantes tem-se revelado muito significativa, estimando-se, no total, um investimento na ordem dos 500 mil contos.

**CIÊNCIA** - A apresentação do projecto do novo Espaço de Divulgação da Ciência, que ocupará o antigo Pavilhão do Conhecimento dos Mares, no Parque das Nações, decorreu, no dia 9.

Na sessão, presidida pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, participou António Mega Ferreira, presidente do Parque das Nações

Esta cerimónia destinou-se não só a assinalar a transferência simbólica para o Ministério da Ciência e da Tecnologia do antigo Pavilhão, mas também a apresentar o primeiro conjunto de exposições, que irão inaugurar o novo espaço, em Junho.

**CULTURA** - O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, inaugurou, ontem, no Porto, as novas instalações da Sociedade Portuguesa de Autores.

Por ocasião da sua deslocação à Cidade Invicta, Manuel Maria Carrilho falou à Comunicação Social, na Casa das Artes, e esboçou os jornalistas sobre o ponto da situação dos trabalhos em torno do «Porto - 2001, Capital Europeia da Cultura».

**EMPREGO E FORMAÇÃO** - O secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, presidiu, na passada terça-feira, dia 9, em Lisboa, à sessão de abertura do seminário «Marketing da Formação Profissional para as PME».

O evento foi promovido pela Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional.

**EQUIPAMENTO** - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, acompanhado pelo secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, deslocou-se, no dia 9, ao município da Amadora, onde, no Cine-Teatro Recreios da Amadora, formalizou, através de dois protocolos, uma comparticipação do MEPAT no valor de cerca de 120 mil contos.

A verba destina-se à construção da Igreja e do Centro Comercial da Reboleira - com uma comparticipação de 52 mil contos, para um orçamento de 74 mil contos.

Também as obras de execução da sede da Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria das Amadora foram comparticipadas pelo MEPAT com 68 mil contos, num orçamento total de 9 mil contos.

**HABITAÇÃO E COMUNICAÇÕES** - A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, aprovou, no dia 8, a candidatura Bragança Cidade Digital, com um investimento total de 209,351 mil contos e uma comparticipação financeira de 146,513 mil contos, viabilizando assim a concretização dos seus projectos.

A candidatura Braga Cidade Digital contempla o desenvolvimento de 12 projectos que abrangem áreas que vão da saúde, passando pela cultura, administração pública, agricultura, até ao apoio a pequenas e médias empresas.

As acções a desenvolver compreendem a instalação de uma Rede Digital Comunitária, um Sistema de Informação Municipal, a instalação do Espaço Município Digital e a ampliação do sistema de capacidade de transmissão de comunicações.

**SAÚDE** - A ministra da Saúde, Maria de Belém, visitou, ontem, Vila Franca de Xira, onde inspeccionou as instalações do Hospital local, inaugurou o novo edifício da referida unidade hospitalar bem como o Centro de Saúde da Casa do Forte.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 28 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que aprova o Código do Imposto do Selo;
- Uma proposta de lei que aprova o Código das Expropriações;
- Uma proposta de lei que altera o regime de trabalho temporário;
- Um decreto-lei que revê o conceito de trabalho nocturno, no sentido de permitir que as convenções colectivas reduzam até sete horas a actual duração do período de trabalho nocturno de 11 horas;
- Uma proposta de lei que estabelece a licença especial para o exercício transitório de funções de magistrado judicial ou do Ministério Público na futura Região Administrativa Especial de Macau;
- Um decreto-lei que torna extensivo ao pessoal dos antigos hospitais concelhos o regime de pensões vigente para o pessoal dos hospitais centrais e distritais;
- Um decreto-lei que altera o regime jurídico do crédito agrícola mútuo e das cooperativas de crédito agrícola;
- Um decreto-lei que estabelece medidas de profilaxia e polícia sanitária para erradicação da leucose bovina enzoótica (LBE);
- Um decreto-lei que estabelece o direito de acessibilidade dos deficientes visuais acompanhados de «cães-guia» a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público, bem como as condições a que estão sujeitos estes animais;
- Um decreto-lei que altera a portaria que estabelece as normas relativas às condições sanitárias da produção de carnes frescas e sua colocação no mercado;
- Um diploma que altera o decreto-lei que cria uma linha de crédito de curto prazo destinada às pessoas singulares ou colectivas que se dediquem, no continente, à agricultura, silvicultura e pecuária;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima (PM);
- Um decreto que aprova o Protocolo de Cooperação no Domínio das Finanças Públicas entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Maputo aos 10 de Outubro de 1998;
- Um decreto que aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos;
- Um decreto regulamentar que aprova os estatutos da Escola da Autoridade Marítima (EAM);
- Um projecto de decreto-lei que introduz modificações no diploma que regulamenta o sistema de incentivos do Estado à Comunicação Social.



## COMBATE FERROZ ÀS ILEGALIDADES

**O** Conselho de Ministros aprovou, no dia 4, o novo regime de trabalho temporário.

Este diploma revê o quadro jurídico do trabalho temporário. A revisão foi prevista no Acordo de Concertação Estratégica celebrado entre o Governo e os parceiros sociais, e tem como objectivos principais combater o exercício ilegal da actividade das empresas de trabalho temporário, ajustar as situações em que pode haver recurso ao trabalho temporário compatibilizando-as com a política de emprego, regulamentar e proteger o trabalho temporário executado no estrangeiro e reforçar as garantias dos trabalhadores e sancionar com rigor as práticas ilegais.

Assim:

- Permite-se que as empresas de trabalho temporário admitam trabalhadores com contrato de trabalho sem prazo, especificamente para efectuar trabalho temporário, conciliando a segurança no emprego com as missões de trabalho temporário, que são sempre de duração limitada;
- Ampliam-se algumas das situações em que os utilizadores podem recorrer ao trabalho temporário, aumentando também em alguns casos os prazos máximos da cedência de trabalhadores;
- Facilita-se a colocação temporária de trabalhadores no estrangeiro, desde que seja devidamente enquadrada por empresas de trabalho temporário por forma a contrariar as colocações ilegais, com garantias adicionais de caução para pagamento das remunerações, de seguro de doença e de repatriamento;
- Impõe-se a actualização anual da caução com base no salário mínimo nacional, admitindo-se a actualização desta (para um valor correspondente a pelo menos 10 por cento da massa salarial dos trabalhadores temporários colocados no ano anterior) nos casos em que haja necessidade de efectuar pagamentos a trabalhadores através da caução do ano anterior;
- Impõe-se às empresas de trabalho temporário que assegurem a formação dos trabalhadores temporários, investindo nesse objectivo pelo menos 1 por cento do seu volume anual de negócios;
- Proíbe-se a ocupação dos trabalhadores temporários em postos de trabalho particularmente perigosos, acompanhado neste aspecto a regulamentação comunitária;
- Simplifica-se a prestação de informações aos serviços públicos, sobre o exercício da actividade, por parte das empresas de trabalho temporário;
- Reforçam-se as sanções aplicáveis a empresas que exerçam a actividade de cedência de trabalhadores sem autorização prévia ou sem caução, que ocupem trabalhadores menores em violação da lei, ou que sejam reincidentes na falta de actualização e de reconstituição da caução, na não inscrição de trabalhadores temporários na Segurança Social, ou no atraso por mais de 30 dias do pagamento da re-

tribuição aos trabalhadores temporários. Na mesma reunião do Governo socialista, foi revisto o conceito de trabalho nocturno, no sentido de permitir que as convenções colectivas reduzam até 7 horas a actual duração do período de trabalho nocturno de 11 horas.

O diploma vem permitir que as convenções colectivas definam o período de trabalho nocturno com a duração mínima de sete horas e máxima de 11 horas, compreendendo obrigatoriamente o intervalo entre as 0 e as 5 horas. Se as convenções colectivas não definirem o conceito, considera-se trabalho nocturno o que for prestado entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte.

A regulamentação actual considera nocturno o trabalho prestado no período que decorre entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte. Esta regra tem origem nas normas internacionais do trabalho mais antigas centradas na protecção

das mulheres e dos menores, com um regime de protecção consistente na proibição genérica do trabalho nocturno em estabelecimentos industriais por parte destas categorias de trabalhadores. Nesses instrumentos internacionais, o trabalho nocturno foi definido como o prestado em períodos de onze horas consecutivas, a concretizar em certos termos pela legislação nacional.

Os instrumentos internacionais do trabalho mais recentes eliminam as discriminações e estabelecem determinadas protecções relativamente aos trabalhadores que efectuem trabalho nocturno, aplicáveis por igual a homens e a mulheres.

O alargamento da protecção aos trabalhadores masculinos foi acompanhado da redução do conceito de trabalho nocturno, que passou a abranger o prestado em períodos de sete horas consecutivas que incluam o intervalo entre as 0 e as 5 horas. Esta definição do trabalho nocturno é adop-

tada pela Convenção n.º 171 da Organização Internacional do Trabalho, sobre o trabalho nocturno, ratificada por Portugal, bem como pela directiva comunitária relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho.

Em conformidade com a actual regulamentação internacional, o acordo de concertação estratégica celebrado em 1996 entre o Governo e os parceiros sociais previu a redução do período de trabalho nocturno, a concretizar através de contratação colectiva por ser o instrumento mais adequado para adaptar o regime legal às especificidades dos sectores de actividade e das empresas e instituir eventuais regras transitórias.

Este diploma revê, assim, a definição do trabalho nocturno em conformidade com os referidos instrumentos internacionais, a concretizar pelas convenções colectivas segundo a orientação do acordo entre o Governo e os parceiros sociais.



## NOVO REGIME PARA IMPOSTO DE SELO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 4, em Lisboa, uma proposta de lei que aprova o Código do Imposto de Selo.

O novo regime obedece a um conjunto de princípios e objectivos gerais que importa realçar.

Assim, o texto reforça os mecanismos de fiscalização para evitar situações de fraude ao imposto algumas delas facilitadas pela falta de clareza da legislação em vigor, outras pela sua inadaptação às novas realidades e corrige as injustiças que resultam da aplicação de regras e princípios já desactualizados.

Em termos objectivos o regime aprovado pelo Executivo socialista introduz substanciais inovações, sendo de destacar a abolição da estampilha (ou selo fiscal) e a sua substituição pelo pagamento por meio de guia.

Trata-se de uma alteração duplamente vantajosa - para os particulares, porque nos contratos não terão que pagar o imposto (este só terá que ser pago caso os particulares recorram ao tribunal); para a celeridade dos próprios tribunais, que certamente deixarão de ter o volume elevadíssimo de pequenas acções que actualmente se verifica.

A clarificação relativa a diversas situações de não-tributação também é assegurada com o diploma aprovado. Assim, não são tributados os mútuos por mudança de ins-



tituição de crédito no crédito à habitação, o crédito concedido nas contas-ordenado na parte em que não exceda o montante do salário, os contratos e as garantias relativas a operações a prazo sobre valores mobiliários, bem como alguns suprimentos efectuados por SGPS

A clarificação da situação relativa aos contratos celebrados no estrangeiro (todos estes contratos ficam sujeitos a tributação se forem invocados para qualquer efeito em tribunal) e a criação de uma obrigação

acessória de entrega de uma declaração de imposto de selo cobrado como forma de controlar o cumprimento das obrigações são outras duas novidades apresentadas pelo Código de Imposto de Selo.

O diploma estipula a abolição das estampilhas fiscais a partir de 1 de Setembro de 1999, devendo o pagamento do imposto do selo que, nos termos da Tabela Geral ainda em vigor, se devesse efectuar por estampilha, passar a ser feito por meio de guia, a partir daquela data.

Até à entrada em vigor do novo Código e da nova Tabela Geral (1 de Janeiro de 2000), a liquidação e entrega do imposto do selo nas circunstâncias acima referidas, cabem às pessoas colectivas e, também, às pessoas singulares que actuem no exercício da actividade de comércio, indústria ou prestação de serviços, relativamente aos contratos ou restantes documentos em que intervenham e, para além destes casos, às entidades públicas a quem os contratos ou os restantes documentos devam ser apresentados para qualquer efeito legal, nos termos do artigo 14º, alínea a), do Código do Imposto de Selo.

Outra área grandemente alterada é a Tabela Geral. A nova tabela reduz substancialmente as verbas contempladas anteriormente, altera a formulação da grande maioria das verbas não eliminadas e põe termo à acumulação de taxas em um mesmo acto ou documento.

Por outro lado, a nova tabela reflecte e sistematiza a tendência para a alteração gradual de uma das ancestrais características do imposto do selo, que é ser um imposto sobre documentos. Na falta de outro modelo mais apropriado e moderno de tributação, o imposto de selo deve recair sobre as operações que, constituindo a revelação de rendimento ou riqueza, por qualquer motivo não sejam abrangidas por outro tipo de tributação indirecta.

## GARANTIAS REFORÇADAS

O Executivo socialista reunido no dia 4, em Lisboa, deu luz verde ao Código das Expropriações.

Este diploma apresenta quatro grandes áreas inovadoras de alteração ao Código das Expropriações vigente: o reforço das garantias dos expropriados, a clarificação das regras reguladoras do cálculo da justa indemnização, a simplificação do procedimento administrativo de expropriação e a descentralização da competência para a declaração de utilidade pública.

A nível do reforço das garantias dos expropriados importa salientar, por sua vez, três inovações fundamentais.

Em primeiro lugar destaca-se a consagração do direito à notificação dos actos mais relevantes no processo expropriatório (a decisão de requerer a declaração de utilidade pública; o auto de posse administrativa; e o despacho de adjudicação da propriedade e de notificação da decisão arbitral).

Em segundo lugar, estabelece-se o recebimento contemporâneo do pagamento de uma justa indemnização, passando o expropriado a ter direito a receber não só a parte não controvertida da indemnização, mas também aquela sobre a qual subsista litígio,



esta naturalmente a título provisório, mediante prestação de caução idónea destinada a garantir o reembolso do expropriante no caso de obter provimento em recurso. Por último, o sistema é complementado pela ampliação da responsabilidade do Estado, que passa a responder, subsidiariamente, pelo pagamento da justa indemnização em todos os casos e não apenas, como até agora, nas situações de posse administrativa.

No tocante às regras reguladoras do cálculo da justa indemnização, procura-se pôr

termo às inúmeras dúvidas suscitadas pelo actual Código das Expropriações, cuja aplicação, a este nível, tem conduzindo, nalguns casos, a indemnizações reduzidas e, noutros, a montantes indemnizatórios claramente superiores aos valores reais de mercado. Neste contexto, clarificam-se os critérios gerais do cálculo, de modo a que a justa indemnização corresponda ao valor real e corrente do bem expropriado, de acordo com o seu destino efectivo ou possível numa utilização económica normal, expurgado das mais valias que seja socialmente justo eliminar, atento o princípio da igualdade de encargos dos expropriados e não expropriados.

Assim, os solos passarão a ser qualificados como aptos para a construção ou aptos para outros fins, estabelecendo-se, quanto à primeira classificação, que o seu valor justo deve corresponder ao resultado da média aritmética actualizada entre os preços unitários de aquisições ou avaliações fiscais efectuadas na mesma freguesia e nas freguesias limítrofes nos três anos, de entre os últimos cinco, com média anual mais elevada, relativamente a prédios análogos, atendendo aos parâmetros fixados em instrumentos de planeamento

territorial.

Revelando-se impossível a aplicação deste critério, o valor do solo deve corresponder, num aproveitamento economicamente normal, a uma percentagem variável até 25% do custo da construção que nele seria possível efectuar.

No domínio da simplificação do procedimento administrativo de expropriação, importa sublinhar a redução das formalidades e a celeridade da instrução do pedido de declaração de utilidade pública, bem como o aperfeiçoamento dos procedimentos que antecedem a investidura da posse administrativa.

Quanto à descentralização da competência para a declaração de utilidade pública, adopta-se uma medida de grande alcance: a atribuição de competência, às Assembleias Municipais, para a declaração de utilidade pública das expropriações da iniciativa da administração local autárquica, para efeitos de concretização de plano de urbanização ou plano de pormenor eficaz. Trata-se de uma medida descentralizadora que rompe com a regra actual de os órgãos autárquicos deverem obrigatoriamente solicitar ao Governo a declaração de utilidade pública.



DEPUTADO MANUEL ALEGRE

Comemorações

## O PODER DA VOZ E DA PENA



Ser poeta e ao mesmo tempo um homem político não é inconciliável. A garantia foi dada, no dia 4, no Parlamento, pelo deputado socialista Manuel Alegre, por ocasião da sessão comemorativa do nascimento de Almeida Garrett.

«Quando frequentemente me perguntam como é possível conciliar a poesia e a política, apetece-me sempre remeter para Garrett», disse Alegre.

Segundo o parlamentar do PS, «Garrett não foi só um romântico, foi ele próprio um romance». «A biografia de Almeida Garrett confunde-se com a História de um século que ele marcou como ninguém. E o seu destino é singularíssimo, porque rima com o destino do seu próprio país. A escrita e a vida nele são inseparáveis», referiu, acrescentando de seguida que Garrett é, por excelência, o modelo dos poetas e escritores que, em diferentes circunstâncias históricas, fizeram da sua pena uma arma para combater a tirania e lutar pela liberdade.

Numa breve evocação à juventude do au-

tor de «Frei Luís de Sousa», em que fora preso por fazer parte de uma associação secreta - que reivindicava, entre outras coisas, a independência do Brasil -, Manuel Alegre lembrou que Almeida Garrett trilhou por duas vezes os caminhos do desterro. «Como aconteceu com muitos outros portugueses exilados e errantes, em outras épocas históricas, é no desterro que Garrett e Herculano vão de certo modo descobrir e repensar Portugal», afirmou.

Depois de citar o escritor homenageado na sua bela constatação segundo a qual «pode mais que a espada a voz e a pena», Alegre frisa que Garrett combateu com todas as armas. «Mas a revolução literária haveria de fazê-la na prosa e no teatro», disse o deputado do GP/PS, recordando que com «Viagens na Minha Terra» Almeida Garrett reinventou a prosa portuguesa.

Ao terminar a sua breve passagem pela biografia e pelo destino de Garrett, Manuel Alegre define-o como «poeta da liberdade, soldado da liberdade, legislador da liberdade e tribuno da liberdade».

«A admiração que tenho por Almeida Garrett é tão antiga como o despertar da minha consciência cívica», concluiu. **M.R.**

DEPUTADO PAULO NEVES

Segurança rodoviária

## AUMENTO DA INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR



«A iniciativa que hoje apresentamos nesta Assembleia, vem no sentido de aperfeiçoar e contribuir para que através do aumento da informação ao consumidor se possa influenciar positivamente as condições de segurança, pela aferição da qualidade do parque automóvel em circulação nas nossas estradas», afirmou no dia 3 de Fevereiro o deputado do PS Paulo Neves.

O parlamentar socialista falava durante a apresentação e discussão de um projecto de lei apresentado pela sua bancada que cria um cadastro de acidentes e motociclos, visando aumentar a segurança rodoviária e a defesa do consumidor.

Paulo Neves sublinhou que o PS «tem, claramente, sabido intervir de forma corajosa e com coerência na área da segurança rodoviária» e que «muito foi feito na melhoria das condições de circulação rodoviária».

O parlamentar do PS referiu ainda que «muito foi conseguido, precisamente, com a melhor formação e aumento de efectivos dos agentes da autoridade, mas há ainda que fazer mais e melhor».

Recordando que «está já implantado o sistema de inspeção periódica obrigatória, que veio introduzir melhorias apreciáveis nas condições das viaturas em circulação», sustentou que é preciso continuar neste caminho, pelo que o projecto de lei do PS «cria agora a possibilidade de se instituir, também, um sistema de inspeção voluntária aos veículos».

Assim, frisou, «em qualquer momento, o proprietário, ou um qualquer interessado na aquisição de um veículo, poderá submetê-lo, voluntariamente, a uma inspeção que há-de aferir da sua qualidade intrínseca dando maiores garantias ao seu condutor habitual ou ao adquirente». Por outro lado, disse, com o projecto de lei do PS «pretende-se ainda que seja possível conhecer o histórico de qualquer viatura que entre no circuito comercial». Ou seja, «que os acidentes graves, e apenas estes, passem a figurar num registo cadastral de cada viatura e que esse registo seja acessível aos interessados na sua aquisição».

Paulo Neves garantiu ainda que «só os acidentes graves passarão a estar sujeitos a registo obrigatório».

**J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA

Carreira da administração pública

## GOVERNAÇÃO RESPONSÁVEL



As propostas de alteração ao quadro normativo que regula a administração pública apresentadas pelo PCP recolheu a oposição do Governo e da bancada parlamentar socialista por extrasar completamente os compromissos assumidos pelo Executivo em sede de negociação colectiva com os sindicatos, sendo «inexequíveis do ponto de vista económico e financeiro». A constatação foi feita pelo deputado do PS Barbosa de Oliveira, no passado dia 29 de Janeiro, na Assembleia da República, por ocasião de um pedido de apreciação parlamentar dos comunistas com o objectivo de introduzir alterações ao decreto-lei 404-A/98.

O PCP visava que o diploma em questão desse conteúdo às propostas de alteração introduzidas pela bancada parlamentar comunista na proposta de lei de autorização legislativa n.º 190/VII apesar de ter conhecimento da impossibilidade do Governo em cumpri-las devido aos elevados encargos que implica e que o Orçamento do Estado não comporta, quer em 1998 quer, ainda em 1999.

Segundo Barbosa de Oliveira, «satisfazer estas reivindicações seria muito simpático, mas, nas condições actuais, não era,

com certeza, uma atitude responsável». O parlamentar do PS afirmou não compreender a insistência do PCP em ver consagrada uma matéria que sabe, de antemão, que o Executivo socialista não pode cumprir, uma vez que a sua execução acarretaria um reforço financeiro não contemplado nas contas públicas. Esclarecendo à partida que a qualificação e formação profissional dos trabalhadores da função pública sempre constituíram uma prioridade para a governação socialista, o deputado do GP/PS lembrou que o decreto-lei veio consagrar a extinção do cargo de chefe de repartição. Porém, disse, «a situação destes trabalhadores foi devidamente acautelada».

Ao terminar a sua intervenção, Barbosa de Oliveira citou o deputado popular Luís Marques Guedes quando afirmou, no debate da proposta de lei em causa que «... a gestão do problema das carreiras da administração pública tem de passar sempre pelo critério de quem está no Governo».

«O Partido Socialista foi eleito por uma expressiva maioria dos portugueses para governar e é o que está a fazer, segundo a sua orientação política, dinamizando a contratação colectiva, dando respeitoso cumprimento aos seus resultados», concluiu. **M.R.**

DEPUTADO CARLOS AMÂNDIO

Sector suinícola

## NOVAS PROPOSTAS PARA SUPERAR CRISE CONJUNTURAL



A crise conjuntural que o sector suinícola nacional vive actualmente e as medidas já tomadas e em estudo pelo Governo para a sua superação foram abordadas pelo deputado do PS Carlos Amândio, na intervenção que efectuou no dia 4, no hemiciclo de São Bento. Carlos Amândio frisou que a recente crise resultante do excesso de produção de carne de porco «veio apanhar a maioria das nossas explorações em fase de consolidação, com escassos fundos de maneio e, em grande parte dos casos, ainda com enormes carências organizativas e de estratégia».

À «constante descida» dos preços oferecidos à produção, o deputado do PS lembrou que o Governo respondeu «com as medidas que são já sobejamente conhecidas e contidas na estrita margem de manobra que nos é permitida pelo cumprimento das regras comunitárias».

Destas medidas, o deputado do PS pôs

em relevo «o notável esforço no aumento da fiscalização».

Referindo ter consciência que o sector suinícola vive neste momento «horas difíceis», sublinhou que a preocupação do PS «tem em conta o peso que o sector tem, quer economicamente, garantindo cerca de 80 por cento de auto-abastecimento, quer socialmente, onde as pequenas e médias explorações adquirem especial significado».

Carlos Amândio revelou que o Governo socialista «prepara já um conjunto de novas propostas para apresentar ao Comité de Gestão Comunitário de 10 de Fevereiro».

Afirmando comungar inteiramente das preocupações de todos os que têm no sector suinícola a sua fonte de subsistência, Carlos Amândio expressou o seu «inequívoco» apoio a todas as medidas, quer nacionais, quer comunitárias, que o Governo consiga negociar e que «visem a salvação deste sector primordial da economia portuguesa». **J. C. CASTELO BRANCO**

JACQUES CHIRAC EM PORTUGAL

Almeida Santos lembrou

## O CONTRIBUTO FRANCÊS PARA A DEMOCRACIA

O presidente da Assembleia da República e do PS, Almeida Santos, abriu a sessão solene do passado dia 4, no Parlamento, com a presença de Jacques Chirac, evocando o contributo da França para a liberdade e democracia na Europa.

Dirigindo-se ao chefe de Estado francês, o presidente da Assembleia da República lembrou ter sido aquele país quem «douo ao mundo a mais famosa trilogia de princípios políticos e éticos: a liberdade, a igualdade e a fraternidade».

Perante uma hemiciclo quase cheio de deputados, uma bancada do Governo com os ministros António Costa e Jaime Gama presentes e o antigo Presidente da República Costa Gomes a assistir da tribuna de honra, Almeida Santos evocou o espírito da Revolução Francesa, que «continua a constituir a constelação polar do processo histórico».

Num curto discurso, a segunda figura do Estado português realçou os laços que unem os dois países: «somos hoje parceiros do exaltante projecto de construção europeia (...) e ambos convergimos na recusa de gendarmes únicos e de tentativas de hegemonia universal fora de época», afirmou Almeida Santos.

«Para diluirmos o quase nada que nos separa no muito que nos une é que a Europa do presente e do futuro foi concebida como uma União, tendo os princípios da solidariedade e da coesão como primaciais linhas de for-



ça», realçou.

Aproveitando precisamente estes princípios, Almeida Santos virou-se para o futuro próximo, nomeadamente para as negociações dos fundos comunitários (Agenda 2000), para afirmar que Portugal «continua a necessitar da solidariedade dos parceiros europeus».

Referindo-se à Indonésia, o presidente do Parlamento apelou igualmente para a solidariedade do «mundo livre», de forma a que a «hora de esperança» que se vive actualmente em Timor-Leste se «traduza em realidade».

DEPUTADO FERNANDO SERRASQUEIRO

Serviços Postal

## OPTIMIZAR EQUILÍBRIOS



O deputado socialista Fernando Serrasqueiro defendeu, no dia 4, na Assembleia da República, a transposição para a legislação portuguesa do modelo normativo comu-

nitário relativos aos serviços postais que «aceita a abertura progressiva dos mercados com o reforço do serviço universal e a harmonização selectiva».

A ideia subjacente ao quadro regulamentar preconizado pela Comissão Europeia assenta em três objectivos fundamentais, elencados pelo parlamentar do PS: assegurar em toda a comunidade a prestação de um serviço postal universal a preço acessível; estabelecer as regras e obrigações comuns aos operadores do serviço universal da comunidade face aos direitos especiais e exclusivos; e desenvolver os esforços necessários com vista à coesão comunitária. Para Fernando Serrasqueiro, a caracterização do serviço postal universal, conforme norma da directiva europeia, «é clara e sem ambiguidades para evitar abusos e permitir ao órgão regulador agir em conformidade». Por outro lado e como compensação do serviço nacional, surge a fixação de um conjunto de serviços reservados – monopólio da entidade à qual lhe for atribuída aquela obrigação -, cujo conceito tenderá a evoluir por forma a acompanhar a liberalização do mercado postal, segundo referiu o parlamentar socialista.

«Paralelamente e dirigido ao prestador ao prestador do serviço universal, é criado um fundo de compensação de custos», explicou,

acrescentando que «este fundo poderá ser utilizado se a entidade reguladora considerar que os custos originados pela obrigação do serviço universal não são razoáveis».

Recorde-se que a proposta de lei governamental em discussão remete para o ICP a função reguladora, não só para garantir a defesa dos interesses dos utilizadores, mas também por forma a que os operadores tenham um tratamento imparcial.

«A independência da função regulamentar é o melhor garante da optimização do equilíbrio entre operadores privados e públicos e entre fornecedores de serviços reservados e não reservados», afirmou Fernando Serrasqueiro, que não deixou de sublinhar na sua intervenção a sua convicção na ideia de que «estão criadas as condições, com a aprovação desta proposta, para uma melhor harmonização da actividade postal em Portugal» porque «visa concertar vários interesses, apontando-se para a coexistência de um serviços liberalizados e um outro de serviços reservados, num quadro geral de livre concorrência».

O deputado socialista terminou a sua intervenção reiterando que, com a apresentação de uma proposta de lei neste sentido, «o Governo avança na prossecução do seu Programa e dota o País de um instrumento imprescindível para regular a actividade postal e vai provocar a modernização e reestruturação do operador de serviço reservado e preparar a liberalização e abertura do mercado, mas sem deixar de dar garantias ao actual operador de capital público, CTT, salvaguardando os seus direitos adquiridos».

M.R.

PECUÁRIA

Suicultura

## EXECUTIVO SOCIALISTA QUER QUOTAS PARA PRODUÇÃO

O Governo vai propor à Comissão Europeia uma reforma da Organização Comum de Mercados (OCM) do suíno com vista ao estabelecimento de quotas de produção que introduzam estabilidade nos mercados nos próximos anos.

O anúncio foi feito, no dia 4, na Assembleia da República, pelo ministro da Agricultura, Capoulas Santos, durante o «debate de urgência» requerido pelo CDS-PP sobre «a situação no sector suínicola em Portugal».

«Esta é uma crise europeia e só no plano europeu pode ter uma resposta adequada», acentuou o governante.

Capoulas Santos defendeu, por isso, que as medidas prioritárias para resolver a crise da suicultura portuguesa são o estabelecimento de quotas de produção e uma «intervenção pública» no mercado para regular o preço do porco.

O ministro anunciou também o lançamento de uma campanha de incentivo ao consumo de carne de porco e admitiu a disponibilização de uma linha de ajuda financeira aos suicultores portugueses. Capoulas Santos replicou, face à acusa-

ção delirante de falta de fiscalização lançada pela bancada dos «populares», que desde o início da crise no sector, em Novembro passado, têm sido feitas 22 acções diárias de fiscalização, totalizando uma média de 1 200 animais por dia.

Helena Santo não desarmou e desafiou o Governo: «em matéria de fiscalização, o que lhe pedimos é muito simples e muito rosa: tolerância Zero».

As críticas do Grupo Parlamentar do CDS/PP levaram o deputado socialista António Martinho a questionar se a Alternativa Democrática (AD) seria contrária à PAC (Política Agrícola Comum).

«Sabendo nós que a PAC foi a primeira política comum da Comunidade Europeia, estaremos perante uma AD contrária à PAC, uma AD a favor da renacionalização da PAC, uma AD a duas vezes nas questões de política agrícola», perguntou António Martinho.

Do, outro lado, os deputados do PP limitaram-se a responderam evasivamente. É que, segundo a bancada «popular» a pergunta não relevava de qualquer interesse para o debate.

DEPUTADO JOAQUIM SARMENTO

Administração da justiça

## INICIATIVA LARANJA REVELA ENORME DESCONHECIMENTO

Joaquim Sarmento, deputado do PS, teceu, no dia 27 de Janeiro, duras críticas ao projecto de lei do PSD que pretende consagrar um incidente processual tendente a compor à aceleração do processo que se encontra anormalmente atrasado.

O deputado socialista salientou que, para além de «não ser totalmente nova na nossa ordem jurídica», esta iniciativa laranja «poderá ser um factor perturbador na administração da Justiça, pela desconfiança que lança na magistratura judicial, colocando juízes contra juízes, num assomo de excesso de garantismos, tantas vezes propiciadores de mais burocracia e menos eficácia».

«Exigia-se do PSD uma visão mais robusta da Justiça em Portugal, atenta a sua responsabilidade, durante os 17 anos da sua administração que antecederam este Governo», disse.

Segundo sublinhou Joaquim Sarmento, pretender combater problemas estruturais do sector da Justiça com o projecto de lei do PSD «é revelar um enorme desconhecimento em relação aos inegáveis e complexos pro-

blemas presentes. E estes não se controlam com meros incidentes processuais».

**Justiça mais célere e eficaz**

Joaquim Sarmento recordou as diversas infra-estruturas construídas pelo actual Governo, salientando que «todo este esforço é alicerçado no desiderato de tornar a Justiça mais célere e eficaz».

Realçou ainda todo o plano de informatização da Justiça portuguesa gizado por este Governo o que, na sua opinião, «representa um enorme salto de qualidade na sua gestão e administração, num contributo sério, consistente e moderno para se atacarem os inegáveis atrasos processuais, não esquecendo a colocação recente de mais 300 funcionários da Justiça e as recentes alterações ao Código de Processo Penal e Lei Orgânica dos Tribunais».

Contrariamente a tal, frisou, o projecto de lei do PSD «não constitui qualquer alternativa aos atrasos dos processos judiciais».

J. C. CASTELO BRANCO

## SOARES TEM UM LONGO CAMINHO A PERCORRER

**O** camarada Mário Soares, anunciado no dia 7 como cabeça-de-lista do PS às europeias de Junho, tem um longo caminho a percorrer até à eventual eleição para a presidência do Parlamento Europeu.

Para lá chegar, o que é desejo dos portugueses de vários quadrantes dado o prestígio que traria para o nosso país e para um novo impulso à construção europeia, Mário Soares terá de passar por várias etapas, a primeira das quais a sua eleição para Estrasburgo, objectivo que se pode considerar como adquirido, tendo em conta, entre outros factores, os resultados do PS em anteriores actos eleitorais.

Depois de 13 de Junho inicia-se a verdadeira corrida para presidir ao Parlamento Europeu.

Na semana de 05 de Julho, ainda com os actuais eurodeputados em funções, os novos parlamentares iniciam o processo de «acreditação» junto do PE e das respectivas famílias políticas europeias.

Na semana seguinte (12), além de uma reunião entre os secretários-gerais de todos os grupos parlamentares com assen-



to em Estrasburgo para distribuição de cargos no novo Parlamento através da aplicação do método de Hondt, inicia-se a eleição dos dirigentes de cada família política.

No dia 19 de Julho, «novos» e «antigos» eurodeputados procedem formalmente à troca de lugares, preparando o início da primeira reunião do novo Parlamento elei-

to, marcada para o dia seguinte.

Dia 20, logo pela manhã, e sob a presidência do deputado mais velho (decano) entre os presentes abre-se o período de apresentação de candidaturas ao cargo de presidente do PE e respectivo processo de eleição.

O novo presidente é obrigatoriamente eleito por maioria absoluta. Poderá ser necessário recorrer-se a mais do que uma volta para concluir o processo.

Ao abrigo de um acordo existente entre as duas maiores famílias políticas europeias - socialista (PSE) e conservadora democrata-cristã (PPE) - a próxima presidência caberá a um socialista.

Estatutariamente, todos os órgãos do Parlamento Europeu têm o seu mandato, de cinco anos, repartido por dois períodos de dois anos e meio.

Isso obriga a que a presidência seja dividida ao longo daquele período entre PSE e PPE.

Assim, Mário Soares, se conseguir atingir a presidência do hemiciclo, nunca exercerá aquelas funções por um período superior a dois anos e meio.

## UE DEVE VIGIAR TRANSIÇÃO DE MACAU PARA A CHINA

O eurodeputado socialista Barros Moura defendeu no plenário do PE que a União Europeia deve acompanhar com critérios exigentes a transferência de Macau para a China, que se realizará em Dezembro deste ano, de forma a garantir o cumprimento de um conjunto de medidas essenciais para a manutenção das características políticas, económicas e culturais do território.

Barros Moura falava no plenário de Bruxelas, durante a discussão de um relatório sobre o desenvolvimento de uma parceria global com a China.

Segundo Barros Moura, «a UE devia acompanhar com muita atenção o processo de transferência de soberania de Macau para a China e com um grau de exigência não inferior à que adoptou em relação a Hong-Kong, de modo a garantir a consistência futura do princípio "um país, dois sistemas"». Barros Moura apelou também à Comissão para que, a exemplo do que fez com Hong-Kong, «apresente uma comunicação sobre as relações futuras UE-Macau, garantindo, desde já, que elaborará relatórios sobre a evolução da situação depois da transferência de soberania».

O envolvimento da UE no processo de transição deve ser no sentido de garantir que a China respeitará a proibição da pena de morte e que honrará o compromisso de não



estacionar tropas no território. Deverá também dar garantias quanto ao controlo da fronteira para impedir a passagem de criminosos para Macau.

A China deverá ainda regulamentar o uso das duas línguas, o chinês e o português, regular equitativa e humanamente a questão da nacionalidade e estabelecer um sistema judicial independente, com um tribunal local de última instância.

## ANUNCIADO GRUPO DE SÁBIOS

A composição da comissão de peritos independentes (grupo de sábios), encarregada de avaliar e fiscalizar a actividade da Comissão Europeia, foi anunciada no Parlamento Europeu, após a decisão da Conferência dos presidentes do PE.

Entre os escolhidos há uma sueca, um espanhol, um francês, um holandês e um belga.

Tal como consta no anteprojecto para a

constituição do grupo de sábios, o seu mandato permite-lhes ouvir todos os comissários e ter acesso aos seus arquivos, incluindo os privados.

O documento que os peritos independentes vão elaborar deverá estar concluído até 15 de Março.

Entretanto, foi também aprovado o calendário para a implementação do programa para a reestruturação interna da Comissão.

## EXCEDENTE COMERCIAL DE 7,5 MIL MILHÕES DE EUROS

A zona euro registou um excedente comercial com o resto do Mundo de 7,5 mil milhões de euros em Outubro, menos 2,2 mil milhões do que em igual mês do ano anterior, anunciou recentemente o Eurostat.

O gabinete de estatística da UE adianta que as exportações dos Onze atingiram os 68,7 mil milhões de euros em Outubro, ou seja menos seis por cento do que no mesmo mês de 1997, quando se situaram nos 73,2 mil milhões de euros.

As importações também sofreram uma re-

dução - de quatro por cento - baixando de 63,5 mil milhões em Outubro de 1997, para 61,1 mil milhões no ano seguinte.

No conjunto dos quinze países da União Europeia, o excedente comercial diminuiu 3,9 mil milhões de euros, para 2,3 mil milhões.

As exportações dos Quinze baixaram nove por cento, para um total de 62 mil milhões, enquanto as importações diminuíram quatro por cento, para 60,4 mil milhões de euros.

FORMAÇÃO PARA IMIGRANTES Acordo ACIME/IEFP

## PORTUGAL MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO

O alto-comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, José Leitão, e o Instituto de Emprego e Formação Profissional assinaram, no passado dia 21 de Janeiro, na Amadora, um acordo de cooperação que visa a concretização de medidas conjuntas em áreas como a formação para o trabalho, promoção do emprego e inserção social dos cidadãos imigrantes legalmente residentes em Portugal.

No sua intervenção, José Leitão disse que «a celebração deste acordo de cooperação traduz de forma inequívoca um empenhamento na construção de uma sociedade mais justa e solidária».

Para o alto-comissário, a solidariedade e a justiça devem ser associadas necessária e evidentemente à igualdade de oportunidades para todos, daí que frequentemente sejam exigíveis, inclusive no próprio programa do Executivo socialista, medidas de discriminação positiva a favor de grupos mais vulneráveis, entre os quais se incluem os cidadãos estrangeiros residentes no



nosso país.

«Verifica-se uma necessidade de fazer chegar mais perto dos imigrantes e filhos de imigrantes que vivem em situações de exclusão social uma informação mais directa das políticas e medidas existentes na área

da formação profissional e do emprego», disse, acrescentando que «a criação de mecanismos de partilha e divulgação de informação nestas vertentes, são, por isso, uma área de cooperação entre o IIEFP e o ACIME que se reveste de grandes potencialidades».

Segundo José Leitão, «é através de uma política de igualdade de oportunidades na formação e no emprego que se contribuirá cada vez mais para que todos os cidadãos, sejam cidadãos nacionais ou imigrantes legalmente residentes, contribuam com o seu trabalho e a sua criatividade para que Portugal enfrente com sucesso os desafios da crescente abertura ao exterior».

É na viabilização deste contexto que se insere a assinatura do acordo de cooperação entre o alto-comissário e o IIEFP.

«Iremos trabalhar em conjunto, promovendo iniciativas em áreas tão significativas como: a formação profissional, a criação de UNIVAS (Unidades de Inserção na Vida Activa), a promoção de estágios, a criação de ILE's (Iniciativas Locais de Emprego) e

o desenvolvimento de programas de formação/emprego», garantiu.

Numa saudação particular à presença na cerimónia oficial de assinatura do acordo de cooperação de destacados dirigentes e militantes do movimento associativo imigrante, José Leitão explicou que «o sucesso desta cooperação vai depender da capacidade que tivermos todos para mobilizarmos as comunidades imigrantes e as minorias étnicas para o aproveitamento do vasto leque de oportunidades existentes neste sector específico».

M.R.

### Minorias Étnicas

Formação Profissional	150 000
UNIVAS (10)	55 000
Estágios (500)	366 250
ILE's (50)	56 000
Prog. Formação/Emprego (30)	30 000
TOTAL	657 250

### HABITAÇÃO

Leonor Coutinho afirma

## HÁ UMA INADEQUAÇÃO DA OFERTA DE HABITAÇÃO À PROCURA

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, sublinhou no dia 9 que há uma inadequação da oferta de habitação à procura, com uma oferta relativamente baixa de pequenas tipologias destinadas às camadas médias-baixas.

Leonor Coutinho, que falava no IV Encontro dos Promotores Construtores da Área Metropolitana de Lisboa, organizado pela AICE, salientou que casas com custos relativamente baixos estão isentas de alguns impostos e não têm custos mais baixos do que noutros países.

Por sua vez, na abertura do encontro, Freitas Lopes, presidente da Associação dos Industriais da Construção de Edifícios (AICE), afirmou que quem compra hoje uma casa paga logo duas com os impostos, tarifas e taxas, durante a vida da casa paga mais duas em imposto municipal e outras taxas, e paga uma casa em juros à banca.

Freitas Lopes disse ainda que a indústria da construção está «farta das burocracias». O presidente da AICE, que também presidente da UEPC (União Europeia dos Promotores Construtores) criticou o «desordenamento do território», assinalando que o sector da construção está farto de autarquias que põem à venda lotes em quantidade insuficiente e a preços que chegam aos 88 contos por metro quadrado. A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho salientou



que casas com custos relativamente baixos estão isentas de alguns impostos e não têm custos mais baixos do que noutros países latinos.

Segundo Leonor Coutinho, constrói-se muito em Portugal, mas infelizmente o custo de construção não tem nada a ver com os preços de venda, observando que houve um forte aumento de preços, porque a procura aumentou muito com a baixa das taxas de juro e a oferta manteve-se.

Leonor Coutinho reconheceu que o ordenamento do território tem tido grandes dificuldades em Portugal, que foi dos últimos países europeus a ter planos directores municipais (PDM) nem sempre com a melhor qualidade técnica.

### Conservação de edifícios

Exemplificou que a construção prevista nos PDM dava para alojar 50 milhões de portu-

gueses, assinalando que só no norte daria para cinco milhões.

A secretária de Estado defendeu prioridades de urbanização, criticando a construção em zonas não consolidadas com «custos loucos» de infra-estruturas, deixando vazios terrenos próximos dos centros urbanos.

Leonor Coutinho considerou que um mercado que pode ter um enorme desenvolvimento nos próximos anos é o da conservação, manutenção e recuperação de edifícios, que representa 5 por cento do volume de obra em Portugal, quando a média europeia é de 35 por cento.

### Crédito bonificado

Com vista a tornar mais justo o crédito à habitação, o Governo introduziu no ano passado um conjunto de regras mais apertadas na concessão do crédito e deu um prazo de 90 dias para a celebração das escrituras dos empréstimos que deram entrada nos bancos até 11 de Novembro. O prazo acabou na passada terça-feira. Agora, de acordo com as novas regras das Finanças, quem comprar casa com recurso ao crédito bonificado fica limitado a um máximo de 12 500 contos na classe I, para agregados familiares compostos por uma única pessoa, até aos 23 800 contos atribuídos na classe IV, a agregados com cinco ou mais pessoas.





## Albufeira

### Câmara apoia Carnaval de Paderne

A Câmara Municipal de Albufeira atribuiu uma verba de 1 200 contos à Associação Motociclistas Vagabundos Lusitanos, destinada à realização do Corso de Carnaval de Paderne, que decorrerá naquela localidade, de 14 a 16 de Fevereiro.



### Construção de Ludoteca

O município de Albufeira aprovou um protocolo de cooperação com o município do Sal, em Cabo Verde, destinado a financiar a construção de uma Ludoteca, na localidade de Santa Maria.

Recorde-se que Albufeira e a Ilha do Sal são municípios geminados desde 1997.

### Mais um parque de estacionamento

A Câmara Municipal de Albufeira abriu concurso com vista à adjudicação da execução de um novo parque de estacionamento.

O parque, com capacidade para 63 lugares, vai ser localizado na Quinta da Palmeira, junto ao quartel da GNR.

Com um prazo de execução de quatro meses, a obra tem um preço-base de concurso que ronda os 20 mil contos.

## Cartaxo

### Clássica José Maria Nicolau

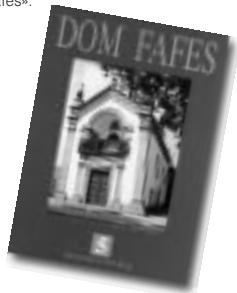
Realiza-se amanhã, dia 13, uma prova de ciclismo de âmbito nacional, denominada «Clássica José Maria Nicolau», que terá o seu ponto alto na cidade do Cartaxo, onde está a meta final, para além de o percurso prever a passagem por duas vezes na cidade.

Esta prova conta com a presença de todas as equipas de primeiro plano nacional, com 110 corredores, servindo para a equipa de ciclismo do Benfica efectuar a sua estreia em provas nacionais.

## Fafe

### Revista cultural «Dom Fafes»

A Câmara Municipal de Fafe acaba de editar o n.º 5 da sua revista cultural «Dom Fafes».



De periodicidade anual, a publicação é dirigida pelo vereador da Cultura, Antero Barbosa, que neste número reitera os objectivos da revista, que são, entre outros, os de privilegiar a inserção de trabalhos de investigação sobre a história do município. Este número da revista tem como destaque o texto de Aureliano Barata sobre o município de Fafe de Setembro de 1833 à Revolução de Setembro de 1836.

Trata-se de um período conturbado das lutas liberais e as suas incidências no concelho.

## Faro

### Autarquia apoia tripulação olímpica

A Câmara Municipal de Faro deliberou atribuir ao Ginásio Clube Naval de Faro um apoio financeiro de dois mil contos, valor da aquisição de um novo barco da classe «470», destinado a ser tripulado pela dupla Hugo Rocha/Nuno Barreto nos Jogos Olímpicos de 2000, contribuindo, assim, de forma significativa, para a melhoria das condições de que aquela tripulação dispõe.



Para Luís Coelho, presidente da Câmara Municipal, a edilidade quis associar a cidade à esperança que o clube tem em que prossigam e sejam reforçados os êxitos que Rocha e Barreto têm conseguido para o desporto português, muito em particular no que respeita às próximas olimpíadas.

## Ferreira do Alentejo

### Plano de Actividades

O Plano de Actividades da Câmara de Ferreira do Alentejo tem previsto para 1999 uma mão-cheia de realizações, em vários domínios, que contribuirão para uma ainda maior qualidade de vida no concelho. De destacar, entre as numerosas iniciativas previstas, a entrada em funcionamento do inédito Parque Nómada, que pretende resolver a situação dos ciganos nómadas que demandam, temporariamente, Ferreira do Alentejo.

Será também iniciada a elaboração de um Plano Estratégico para o concelho, de forma a sustentar toda a actuação municipal em bases solidamente alicerçadas. Também em 1999, entrará em funcionamento o crematório, no cemitério municipal de Ferreira do Alentejo, que será o terceiro no País, após Lisboa e Porto.

## Ovar

### Plano de Ordenamento da Orla Costeira

Realizou-se ontem, dia 10 de Fevereiro, no salão nobre da Câmara Municipal de Ovar, a apresentação pública do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, instrumento de ordenamento do território que, da iniciativa do Instituto da Água e do Ministério do Ambiente, organizará a faixa costeira entre Ovar e a Marinha Grande.



A apresentação pública deste importante instrumento de planeamento foi feita pelos técnicos do Ministério do Ambiente.

## Porto

### Renovação do Bairro Histórico da Sé

No passado dia 8, o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, vereadores, técnicos e outros convidados deslocaram-se à Praça Duque da Ribeira, para a inauguração do conjunto de obras de reabilitação desta zona no Bairro Histórico da Sé. Com efeito, a mais estreita e degradada via do Bairro da Sé está na origem de uma nova praça (Praça Duque da Ribeira), agora dotada com um parque de estacionamento

subterrâneo para 42 viaturas, um restaurante, seis edifícios reabilitados, quatro espaços comerciais, oito novas habitações, um espaço cultural e outras infra-estruturas.

De salientar que para a realização destas obras foi necessário alojar 22 famílias.



Para além da reabilitação física dos espaços e edifícios, a intervenção teve também como objectivo a supressão de um foco de insalubridade, de tráfico de droga e de delinquência.

Concluída esta fase da reabilitação do Bairro Histórico da Sé, que incluiu o Largo do Colégio, a intervenção prosseguirá em edifícios isolados que necessitam de ser reabilitados.

## Povoação

### Combate às toxicodependências

A Câmara da Povoação está a apoiar as instituições locais que se dedicam ao combate às toxicodependências.

A autarquia transferiu para 13 instituições do concelho, um total de subsídios num montante superior a 49 mil contos.

Desde 1994 que o apoio concedido pela edilidade às instituições locais recebeu um grande incremento fruto do trabalho social, cultural, desportivo, de animação cultural que vem sendo desenvolvido em parceria e a favor das crianças, dos jovens e dos adultos.

## Vila Real de S. António

### Rede de saneamento básico renovada

A nova rede de saneamento básico que vai canalizar e tratar todos os esgotos do concelho de Vila Real de S. António e parte de Castro Marim, está finalmente a avançar, tendo já sido consignada a primeira fase da obra.

Trata-se de um projecto intermunicipal de grande dimensão, promovido pelos municípios de Vila Real de S. António e Castro Marim, com um orçamento de cerca de 2,5 milhões de contos, sendo 85 por cento financiado pelo Fundo de Coesão.

A dimensão da nova rede de transporte e tratamento do saneamento básico será baseada em estudos de evolução da população até meados do próximo século.

AD

José Lamego



## O GESTO É TUDO

**O** modo como a Alternativa Democrática reagiu à apresentação da candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu é a radiografia de um estado de alma. E um amontoado de erros de palmatória!

Em primeiro lugar, procurou compensar-se a imprevisibilidade com um simulacro de reacção rápida. O cenário de Mário Soares como cabeça de lista tinha ganho contornos ao longo de mais de um mês. O extremo dos cepticismos acabou por revelar a suma das ingenuidades. Por outro lado, a lógica da reacção foi jornalística e não política. Procurou atalhar-se um facto que tinha ganho repercussão na opinião pública com um facto novo. Nessa lógica estrita, obviamente que a resposta tinha de ser, como foi, de calibre muito inferior?

A uma imagem forte e uma ideia de Europa não se contrapôs outra imagem e outra ideia de Europa. Sobre a filosofia da construção europeia, a lista da AD será europeísta menos. Será assim-assim! A uma ideia nítida contrapõe-se pro-

cura de uma bissectriz de opiniões. Que equilibre a posição «tory» de Paulo Portas sobre a Europa com o europeísmo convicto de Carlos Pimenta. O melhor da lista é a cabeça de lista: Leonor Beza tem força para disputar um combate em nome do seu partido que, dadas as circunstâncias e qualquer que seja o resultado, lhe acrescentará dimensão. Ao contrário das razões de candidatura que apresentou, assistem-lhe outros méritos que justificam o seu empenho neste combate político que apenas o de ser mulher? Extraordinária razão, mesmo descontando o facto de estarmos ainda em resaca do debate sobre a lei das quotas!

Mas a lógica atabalhoada da resposta não fica por aqui! Seria normal que se quisesse contrapor a um cabeça de lista a imagem simbólica de um outro cabeça de lista. Ou, se se quisesse mostrar diligência, uma lista acabada. Mas o que se divulgou à opinião pública foi um conjunto de nomes. E que nomes: a inclusão na lista do líder do segundo partido da coligação dá boa nota do nível de expectativas so-

bre os resultados eleitorais de Outubro. A colocação de uma fásquia alta podia ser respondida de duas maneiras: ou numa lógica de desafio global e de uma grande disputa política sobre projectos alternativos e de referências culturais distintas; ou então, de modo tácito, explicar que a candidatura do Dr. Soares constituía uma quebra do paradigma da «política normal» e que qualquer resultado não poderia ser lido à luz estrita de uma meça de forças entre formações partidárias. A AD faltou-lhe alma para aceitar um desafio e toldou-se-lhe a lucidez táctica para contornar um obstáculo.

O ramalhete de nomes que se apresentaram apressadamente à opinião pública constitui uma confissão terrível! O candidato a vice-primeiro-ministro debanda para Bruxelas. A forma em política é também importante: com que credibilidade se pode apelar ao voto numa alternativa quando os generais que é suposto dirigir o combate emalaram já, precavidamente, a trouxa? O líder parlamentar do maior partido da coligação ganhou

também jus a figurar na lista. O Eng. Carlos Pimenta merece igualmente ver recompensado o seu protagonismo no caso dos lixos tóxicos e vê assegurado também o salvo-conduto para Bruxelas. Pelo modo como foi feita e apresentada, esta lista não parece ser a lista para uma eleição. Parece antes ser a lista para uma evacuação? Faz lembrar a saída de Saigão, sitiada pelo vietcong, em que a ordem de primazia na saída era distribuída segundo a solicitude da colaboração. Não tenho, obviamente, do lugar de deputado ao Parlamento Europeu a visão populista e demagógica de uma sinecura apetecível. É um lugar de combate político, exigente e cada vez mais importante. Não parece, todavia, ser este o entendimento do estado-maior da AD, que dá sinais excessivamente óbvios de ver Bruxelas como lugar de resguardo pessoal e uma recompensa a préstimos de ocasião.

O tempo e o modo desta resposta são reveladores. Um gesto que é tudo!

In «Público»

PS

Ascenso Simões



## A NOSSA VIA É A TERCEIRA VIA

**A**o contrário do que muitos podem crer o último Congresso do velho e profundo Partido Socialista realizou-se há oito anos. Foi o Congresso do confronto entre Sampaio e Guterres, entre um velho lutador antifascista, com um percurso de aproximação ao PS vindo da extrema-esquerda e um católico progressista, um social-democrata defensor da economia de mercado e do indivíduo como motores das sociedades.

Guterres ganhou o Congresso e propôs-se fazer uma lenta transformação do Partido.

Quase todos, mesmo os que integravam os órgãos nacionais do Partido, assistiram a esta lenta transformação sem dela darem conta. Mas o PS chegou a 1995, às Eleições Legislativas, como um grande partido de centro-esquerda, despido dos arcaísmos ideológicos que transformavam o Estado no motor da sociedade e da economia.

Neste XI Congresso, o primeiro do novo Partido Socialista, a Moção apresentada por António Guterres é bem o símbolo da Nova Via que os socialistas portugueses inauguraram em 1995 e que foi sendo construída, aprofundada, implementada por essa Europa fora, primeiro em Inglaterra,

depois em Itália e em França e, por último, na Alemanha unificada.

Há quem diga que em França esta Nova Via é mais vermelha que em qualquer dos outros países que referi. Enganam-se os mais incautos. Não chega a preocupação com o emprego, com a tributação mais acentuada do capital e uma política externa menos alinhada com os Estados Unidos da América para se concluir que Jospin é consideravelmente diferente, no essencial da sua política, de qualquer um dos chanceleres homólogos. E nem a subida à cena política europeia de um ex-comunista em Itália, hoje um emergente social-democrata, fez regressar as velhas foices e martelos da luta operária.

Em toda a Europa há uma ideia assente — A internacionalização da economia, a mais conhecida globalização, a volatilização do capital, a velocidade da informação, criaram um mundo diferente daquele que nos foi apresentado pelos velhos teóricos do socialismo.

Esta nova realidade, assumida por todos, faz, então, relançar o problema do papel dos Estados como controladores e reguladores das economias.

António Guterres, no seu discurso de abertura do Congresso, o tal discurso que a terceira transformação em Moção teria tido o

apoio do grupo de Manuel Alegre, foi bem claro. «somos a favor da economia de mercado mas temos que encontrar soluções de regulação dessa economia a nível mundial.»

Tais afirmações em nada diferem das do primeiro-ministro inglês ou do chanceler alemão. E mesmo Clinton as poderia subcrever.

Por muito que se tente, não encontraremos diferenças entre os pensamentos de Blair e de Guterres.

E mesmo ao nível dos comportamentos dos partidos encontramos, nos nossos dias, cada vez mais semelhanças. Há quem diga que *Falar é Preciso*. Não o nego. A possibilidade de se ter caminho aberto para que a opinião de cada militante seja considerada é, sem qualquer dúvida, um alicerce essencial de qualquer partido democrático, mas não exclusiva do PS. Mais importante do que falar, numa atitude muitas vezes unívoca e intelectualmente arrogante, é o debate, esse sim propiciador de mais liberdade de pensamento e maior democracia.

Aqui está uma diferença entre o velho PS e o novo PS. O velho PS era aquele em que falar chegava, desde que mantivéssemos a nossa velha estrutura ideológica e na governação a direita se deleitasse com a

nossa atrofia política. O novo PS é aquele que discute, dialoga dentro do Partido mas não se fecha, encontrando à direita e à esquerda companheiros de caminhada, compromissos políticos, aberturas de espírito, em suma, deixando a arrogância de lado e demonstrando que é também fora dos partidos que se criam e se fortalecem as políticas necessárias à resolução dos problemas do País.

O regresso aos Congressos não é o regresso ao velho PS. Se os milhares de delegados e convidados estiverem atentos, o Congresso foi parco em punhos no ar, muito poucos trataram os presentes por camaradas e nem a *Internacional* se fez ouvir, sendo substituída pelo bem conhecido tema de Vangelis que levou a Nova Maioria ao poder.

Em política todos estes sinais são muito importantes. No PS são ainda mais importantes. Estes sinais não deixarão de deixar as suas marcas. Mas ainda bem que assim é.

Mas há uma alegria que transborda — Mário Soares, o velho fundador do PS, deu um sinal inequívoco de que o caminho que António Guterres seguiu nestes oito anos mereceu o seu acordo. Daí a sua candidatura ao Parlamento Europeu. De grandes Homens esperamos sempre grandes sinais.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Cortejo em Albufeira**

Amanhã realiza-se o desfile de Carnaval das escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância no concelho. O cortejo, subordinado ao tema «O Carnaval dos Nossos Avós» e em que participarão 1 200 crianças, tem partida marcada para as 10 horas, junto à Câmara Municipal, com destino ao centro da cidade. «Barco Negro» é o nome da peça que, no próximo sábado, dia 13, pelas 21 e 30, estará em cena no Auditório Municipal. O espectáculo estará a cargo do grupo de Teatro ao Largo.

**Cinema na Amadora**

Começa amanhã um ciclo de cinema no Auditório Municipal que se prolongará até ao dia 27. A programação proposta para este ciclo, com sessões marcadas para as 21 e 30, será inaugurada com «Para Além do Horizonte», com Robin Williams. No sábado, não perca a «Magia e Sedução» de Sandra Bullock e Nicole Kidman. No dia 17, o espaço dos Recreios da Amadora será palco de um recital de câmara pela Orquestra Municipal de Lisboa.

**Carnaval em Cascais**

Amanhã, pelas 21 e 30, não perca o «Debate Sobre Não Humanos», com Luís Miguel Sequeira como convidado, no Pavilhão Dramático. A partir de sábado e até à terça-feira, dia 16, a Câmara Municipal voltará a promover os tradicionais festejos carnavalescos. A folia decorrerá em colectividades e nos espaços públicos das várias freguesias do concelho, incluindo bailes, concursos de máscaras, as tradicionais cegadas, corsos na Malveira e na Parede, animação de rua e desfiles de trajes.

**Música Coimbra**

Hoje, pelas 21 e 45, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), assista à peça «Cowboio», com encenação e direcção artística de Miguel de Lira e John Eastham. Fátima Lopes e Paulo Pires apresentarão, este sábado, dia 13, às 21 e 45, no TAGV, o recital «Corrente Solidária». O espectáculo contará com a participação do Orfeão Académico de Coimbra, com César Moniz, Carlos Guilherme, Armando Vidal, Elsa Saque, Carlos Zel e Carlos Mendes. Na Sala da Cidade da Casa Municipal da Cultura encontra-se patente, até ao dia 21, a mostra de pintura de Abel Salazar.

**Concerto em Fafe**

Se os seus filhos têm mais de seis anos, então não perca a oportunidade de os levar a ver «Os Aristogatos», na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian hoje, às 10

e 30 ou pelas 15 horas. Para os graúdos estará em exibição, no Estúdio Fénix, este fim-de-semana, o filme português «Zona J», às 15 e 30, bem como às 21 e 30. Amanhã prosseguem os concertos quinzenais «Música em Diálogo», comentados pelo maestro José Atalaya. Desta feita será apreciada a composição de Saint-Saens «Carnaval dos Animais», no Estúdio Fénix, pelas 15 horas.

**Desfile em Faro**

Cerca de quatro mil crianças participarão no tradicional «Desfile de Carnaval das Crianças» que se realiza, amanhã, a partir das 10 horas, na Av. 5 de Outubro.

**Colóquio em Ferreira do Alentejo**

Decorre, hoje, a partir das 9 e 30, no Pavilhão da Escola Secundária, um colóquio nacional sobre «O Futuro da Rentabilidade na Cultura do Milho». O secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, preside à sessão de abertura. Os cavaleiros Carlos Manuel e Vítor Santos, acompanhados pela trupe cômica Los Paráguas e pelo grupo de forcados Juvenis de S. Manços realizam, no domingo, dia 14, às 15 horas, na Praça de Toros, um espectáculo cômico taurino.

**Recital em Guimarães**

O Auditório da Universidade do Minho existe, hoje, pelas 21 e 45, a realização mais recente de Mike Figgis, «Lado a Lado». Amanhã, não perca, no mesmo local e à mesma hora, o espectáculo de Isadora Duncan e da Companhia Internacional de Teatro Arte Livre. Trata-se de um evento inserido no programa do Festival de Inverno. Ainda no âmbito do festival de variedades o Teatro Meridional recia, no sábado, a peça «Macbeth – Uma Tragédia Ibérica». Também no dia 13, às 18 horas, o Museu Alberto Sampaio será palco de um recital de piano (Irene Bessa) e violino (Iakov Marr).

**«Impressões» em Lisboa**

«Offspring» é o nome do espectáculo a que poderá assistir, amanhã, no Coliseu dos Recreios. «Você Tem Uma Mensagem», de Nora Ephron, com Tom Hanks, Meg Ryan e Gregg Kinnear nos papéis principais estreia, amanhã nas salas de cinema. «Impressões», uma exposição de desenhos a pastel de Rui Perdigão, estará aberta ao público na Delegação Regional de Lisboa do IPJ.

**Curso em Ovar**

Hoje, pelas 22 horas, haverá muita músi-

ca, mascarados e diversão ao ritmo genuíno do Brasil. Entretanto, na Tenda de Carnaval, assista à actuação da banda Dança-Balança. As escolas de samba desfilarão este sábado, dia 13. No dia a seguir os foliões poderão apreciar o curso carnavalesco. Este espectáculo repete-se «Terça-Feira Gorda», dia 16.

**Tradições em Pinhel**

Uma «Feira das Tradições» realiza-se, no distrito da Guarda, a partir de amanhã e até ao domingo, dia 14, promovida pela Câmara Municipal de Pinhel. O certame, de carácter anual, ocupará o recinto polidesportivo descoberto da Escola Preparatória local e inclui, além da mostra de produtos e serviços, espectáculos musicais, colóquios e exposições.

SUGESTÃO

**CHICO CÉSAR**

A música nordestina, misturada com elementos pop e clássicos, vai estar em destaque no Coliseu do Porto, amanhã, com a realização de um espectáculo do artista brasileiro Chico César. Antecedendo a participação do cantor no Festnia - Festival World Music, durante este fim-de-semana, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o concerto no Coliseu do Porto fará um balanço da carreira de Chico César, considerado uma referência da música brasileira pelas suas letras políticas, os arranjos e a forma de cantar. Chico César, de 34 anos, nasceu em Catole do Rocha, no sertão de Paraíba, onde se formou em jornalismo na Universidade Federal. Depois de tocar, ainda no anonimato, em circuitos de bares, partiu em 1991 para a Europa, convidado pela Sociedade Cultural Brasil-Alemanha, editando o seu primeiro CD - «Aos Vivos» - quatro anos depois. Como compositor revelou-se um dos preferidos dos mais populares intérpretes do Brasil, sendo autor de músicas gravadas por Daniela Mercury, Maria Bethania, Zizi Possi, Elba Ramalho e Emilio Santiago. Entre diversos prémios que já conquistou, Chico César viu ainda uma sua composição - «A Primeira Vista» - vencer o galardão de «Melhor Música do Ano» pelo Troféu Imprensa/1997. No concerto do Coliseu do Porto, o popular músico brasileiro terá como convidado o Coral Família Alcântara, constituído por quatro gerações de 60 cantores, entre filhos, netos e bisnetos, que cantam músicas religiosas, afro-brasileiras, blues e espirituais.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Abril: Quatro Andamentos**

*Alliviem-se as arcas do seu lastro de sombras e presságios inúteis  
que o mês de que falo é luminoso e brando  
como um corpo celeste.  
Pudesse eu dar-lhe estatura de homem feito,  
idade de navegante curtido  
pelos temporais da terra,  
de soldado aprendiz das tintas do sonho  
e outra ave cantaria  
no exacto lugar onde a nossa voz se tece  
com parcos fios de luz  
à procura de mais espaço para cantar.*

II

*Estava eu sentado numa varanda da noite  
e a noite era tanta que o clarear do dia  
bem podia noutro continente  
ou numa ilha de coral  
daquelas que se acóitam na memória dos sonhos.  
Alongava-se a espera muito para além  
do que um homem é capaz de esperar  
e Lisboa quedava-se triste  
com um grande animal desfalecido  
curando as chegas à beira do rio.  
E ninguém me perguntasse se a sede que eu tinha  
era um sol de equinócio na garganta apertada.*

III

*Irrompeu da manhã um aço limpo  
um vento tão fresco  
que eu dei por mim a crescer sobre os muros  
com uma ânsia alta e rebelde  
e de fôlego me provi, fôlego de pássaro ou de peixe  
para galgar a distância que vai da noite ao dia  
e semeiei estrelas dentro de corolas  
e depois da árdua navegação solitária  
aportei enfim à baía de todas as esperanças.*

IV

*Um mês pode ter a altura de um povo  
o seu cheiro e a sua força desconumal,  
o seu desmesmado amor ao húmus, à seiva,  
ao granito, ao mel, ao barro.  
Um povo assim é mestre dos dias  
e dos gestos em que se reparte,  
dando-se total em cada instante de vento e sal.  
Para um povo assim um mês sem idade, infinito  
a transbordar de dádiva no peito que alberga  
em iguais melodes o grito e o canto.*

*Falo de um mês de mágicas revelações  
com uma alquimia doce que faz transformar  
a fome em broa, a sede em água.  
Mês de ancorar ou de partir,  
alimento durável que retempera e ilumina,  
casa ou cama onde o encantamento acontece natural  
como a vizinhança de maio  
ou o prodígio de um parto à face do trigo.*

**José Jorge Letria**  
In «Poemábril»



## O PROGRAMA DE ESTABILIDADE E A REFORMA FISCAL

**T**em surgido aos olhos da opinião pública, em Portugal e noutros países europeus, uma crítica meio assumida meio difusa, quanto às características essenciais do Programa de Estabilidade apresentado pelo Governo português e aprovado nas instâncias europeias. Desde há algum tempo e durante todo o processo de preparação para o EURO, da parte de alguns banqueiros e responsáveis financeiros holandeses e alemães houve uma actuação com contornos públicos pressionando no sentido de reduzir a zero o défice orçamental.

Ora a redução a zero do défice orçamental de maneira abrupta e absoluta teria como efeito reduzir o investimento público de forma a prejudicar o crescimento económico e a promoção do emprego. Em alternativa, os custos nas despesas correntes sugeridos por alguma oposição irresponsável de direita, e por alguns tecnocratas bruxelenses teriam de conduzir ou à redução das remunerações, ou à diminuição de postos de trabalho na Administração Pública ou a cortes nas transferências para as autarquias locais, Regiões Autónomas e Segurança Social. Alternativa final para reduzir o défice a zero, seria o corte em despesas com a função social do Estado, como a saúde e a educação. Por outro lado, quando temos como objectivo fazer com que a economia portuguesa cresça mais rapidamente do que o conjunto

das economias europeias, a inflação poderá e deverá eventualmente crescer mais do que a média europeia desde que se mantenha dentro de uma razoável moderação.

Entretanto, o apuramento das receitas fiscais de Janeiro evidenciou uma subida significativa face a igual mês do ano anterior. Essa subida corresponde por um lado ao crescimento da actividade económica, por outro à continuação da reentrada no sistema tributário de cidadãos e empresas contribuintes que se encontravam em situação de incumprimento das suas obrigações.

Mas este aumento de receitas deve corresponder a uma preocupação essencial: «que todos paguem para que cada um pague menos» e tem que ser conjugado com o avanço equilibrado e gradual do processo de reforma fiscal.

Neste contexto, ganham particular acuidade a continuação da reforma do IRS, a reforma do imposto sobre o património, as alterações no imposto de selo, a modificação do imposto automóvel e a aplicação correcta e controlada das medidas no IRC.

A reforma do IRS, na continuação das medidas adoptadas, nomeadamente no Orçamento para 1999, desagregando os impostos para os estratos mais desfavorecidos e aumentando a equidade fiscal, terá de ter em conta o relatório recentemente elaborado pela Comissão de Revisão do IRS. A reforma do imposto sobre o património, en-

volvendo a extinção da sisa e a reformulação da contribuição autárquica obrigará a um profundo debate envolvendo partidos e forças sociais sobre as características e os detalhes desta reforma que terá de estabelecer um sistema mais equilibrado, justo e equitativo tendo em conta o relatório sobre esta reforma, em fase de conclusão.

A modificação do imposto automóvel esteve já a recolher opiniões das associações do sector e está a ser sujeita ao escrutínio público, podendo vir a ser discutida parlamentarmente ainda nesta sessão legislativa.

As alterações no imposto de selo visam a desburocratização da actividade económica e a simplificação da vida do cidadão e parecem indispensáveis nesta fase da evolução em que a economia digital ganha peso.

A aplicação correcta das alterações equilibradas e selectivas que temos vindo a fazer no IRC, nomeadamente privilegiando investimentos inovadores e criadores de emprego, empresas de reduzida dimensão ou que se instalem no interior, será analisada com vista à medição exacta dos seus efeitos na vida económica.

No dealbar do milénio e no virar da legislatura, importa impulsionar de forma equilibrada, gradual e equitativa a reformulação do sistema fiscal que concretize os nossos princípios de, em economia de mercado, desenvolver uma sociedade solidária.

«Há uma coisa extremamente desinteressante na "terceira via", que é a subestimação do sonho, da utopia, dos ideais e da estratégia.»

**Ferro Rodrigues**  
Público, 5 de Fevereiro

«Aceito, satisfeito, mudanças no diploma das férias.»

**Idem, ibidem**

«Faz falta em Lisboa mais espaços verdes pequenos, bancos e zonas de descanso nas ruas, jardins onde se possa jogar futebol, percursos para ciclistas, terrenos para basquete dentro da cidade, como em Nova Iorque – enfim, mais vida e animação ao ar livre e menos vida subterrânea nos centros comerciais.»

**Miguel Sousa Tavares**  
Agenda Cultural Lisboa, Fevereiro

«Sou contra qualquer tipo de privatização da RTP parcial ou não.»

**João Soares Louro**  
Grande Plano, Janeiro

«O serviço público de televisão é um instrumento estratégico do País.»

**Idem, ibidem**

«A RTP deve fazer programas para minorias, e promover a cultura, história e língua portuguesa.»

**Fernando Seara**  
Grande Plano, Janeiro

Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remetereste cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.